

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

1 Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 8h na sala de
2 reunião da SEMARH, o Secretário Executivo do CERH **Aldo Azevedo**, fez a
3 abertura Oficial da 38ª RO agradecendo a presença de todos em nome do
4 Presidente do Conselho, o Sr. Renato Jayme, informando que ele está ausente;
5 representando o nosso Estado na Conferência do COP25 na Espanha, é um
6 evento de mudanças climáticas e pelo nosso regimento assumiria o trabalho de
7 coordenação nessa seção o vice presidente que é o Presidente do
8 NATURATINS que está em missão fora do Estado e não pode comparecer e o
9 terceiro da lista em hierarquia é o Secretário Executivo então estamos
10 assumindo aqui essa reunião portanto queremos agradecer a presença de todos.
11 Estavam presentes os conselheiros: **Estela Maris Pereira de Sousa**
12 (Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR), **Marcos Antônio**
13 **da Silva Júnior** (Agência Tocantinense de Saneamento - ATS), **Davis Miranda**
14 **de Souza** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins), **Agrest**
15 **Bonival Silveira** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins),
16 **Ayranan Leite Anuniação Suzuki** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado
17 do Tocantins), **Leda Veronica Benevides D. Silva** (Comunidade Científica),
18 **Antonio Rodrigues da Silva Neto** (Concessionária de Serviço Público de
19 Abastecimento de Água – BRK AMBIENTAL), **Rodrigo Martins Ribeiro**
20 (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins –
21 CREA/TO), **Alex Matos Fernandes** (Coordenadoria Estadual de Proteção e
22 Defesa Civil), **Miguel Pinter Júnior** (Energisa Tocantins Distribuidora de Energia
23 S/A), **Carlos Ribeiro Soares** (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
24 do Tocantins - FAET), **José Roberto Fernandes** (Federação das Indústrias do
25 Estado do Tocantins - FIETO), **Maria Guanamar Soares de Sousa** (Federação
26 dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do
27 Tocantins - FETAET), **Ana Karolline Soares Alves** (Organização Não
28 Governamental), **Ryan Diógenes Brasil Mendes Arruda** (Organizações Cívicas
29 de Recursos Hídricos Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da
30 Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins – CI - LAGO), **Fernanda Raquel Freitas**
31 **de Sousa Rolim** (Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE), **Leandro**
32 **Roeder** (Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ), **Vilmar**
33 **Carneiro Wanderley** (Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços -
34 SICS), **João Carlos Farenzena** (Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades
35 e Habitação - SEINF), **Murilo Ribeiro Brito** (Secretaria de Estado da Saúde -
36 SES), **Aldo Araújo de Azevedo** (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
37 Recursos Hídricos - SEMARH), **Antônio Cássio Oliveira Filho** (Secretaria do
38 Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO), e apresentou a pauta
39 da reunião, I. Abertura da Reunião; II. Posse dos novos Conselheiros; III.
40 Aprovação da Ata da 37ª RO do CERH (SGD: 2019/39009/006525); IV. Leitura
41 do expediente e da ordem do dia; V. Encaminhamento à Mesa, pedido por escrito
42 de: a) inversão de pauta; b) retirada de matérias; c) requerimento de urgência;
43 d) propostas de moção e de recomendação; VI. Discussão e deliberações das
44 matérias da ordem do dia; a) Aprovar a Resolução CERH nº 86/2019
45 referendando a Apresentação do Relatório Anual de Certificação do Alcance das
46 Metas do período 2018 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês
47 de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, aprovada *ad referendum* na resolução

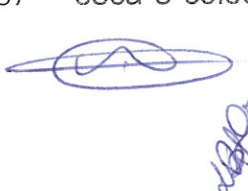
48 CERH nº 84/2019 (SGD: 2019/39001/00004); b) Aprovar a Resolução CERH nº
 49 87/2019 referendando a primeira alteração no Plano de Aplicação do Fundo
 50 Estadual de Recursos Hídricos – FERH, aprovada *ad referendum* na resolução
 51 CERH nº 85/2019 (SGD: 2019/39001/00005); c) Aprovar o Plano de Aplicação
 52 do FERH para 2020 (SGD: 2019/39001/000016); d) Aprovar o Calendário de
 53 Reuniões para 2020 (SGD: 2019/39009/006239); VII. Informes da Secretaria
 54 Executiva; VIII. Tribuna Livre; IX. Encerramento. **Aldo Azevedo** (Secretário
 55 Executivo) deu continuidade na reunião falando que essa é a nossa última
 56 reunião do ano tem uma pauta bastante enxuta e agradecer realmente essa
 57 disponibilidade de vocês em se deslocarem do órgão de vocês para fazer parte
 58 desse conselho que é uma missão voluntária e que eu acho que daqui umas
 59 duas horas já estarão todos disponíveis. Nós estamos vendo que tem alguns
 60 aqui que não estavam na reunião anterior, portanto não receberam o Termo de
 61 Posse então vamos repetir a posse, o primeiro item de pauta nossa é a posse
 62 desses novos conselheiros para que estejam aptos a votar a qualquer matéria a
 63 que seja submetida a apreciação dos senhores. Portanto eu pediria a **Jamila**
 64 (SEMARH) a nossa Assessora no Colegiado para que chamasse por nome os
 65 membros para tomarem o Termo de Posse, mas antes vamos chamar o nosso
 66 fotógrafo do Setor de Comunicação para registrar. Esse ano foi um ano bastante
 67 atípico com vários eventos ideológicos críticos como a estiagem e a seca
 68 prolongada, mas foi um ano de muito avanço para o Estado do Tocantins, nós
 69 conseguimos colocar o Tocantins naquele monitor de seca que aparece de vez
 70 em quando no Jornal Nacional, colocando a configuração de como está a seca
 71 no país. Tocantins entrou agora recente, Goiás está entrando, Minas Gerais, por
 72 que até então quando falava de seca só se referia ao Nordeste, mas o conceito
 73 de seca que é disponibilizado no monitor de seca é relativo, aí foi bom porque
 74 até temos o pessoal representante aqui da Agricultura, temos Defesa Civil, tem
 75 um documento oficial e a Defesa Civil participou conosco aqui, realmente toda
 76 preparação e toda oficina para que pudéssemos avançar e fazer parte. Em
 77 outubro nós já estamos no mapa de monitor de seca e isso não é ruim para o
 78 Estado, porque o Tocantins tem dois grandes rios e se fala em seca, é uma seca
 79 relativa, eu digo isso porque atende tanto o pessoal da Agricultura como da
 80 Defesa Civil em períodos aqui de seca e estiagem prolongada que tem que fazer
 81 aqueles trabalhos de ações emergenciais, como caminhões pipa e alguma
 82 emergência na região sudeste do Estado nos 22 municípios e depende de um
 83 relatório muito minucioso, esse monitor de seca como é reconhecido a nível
 84 nacional ele serve para dar um suporte para esse trabalho da Defesa Civil, assim
 85 como um suporte na área da Agricultura. O PROGRO as vezes não quer cobrir
 86 uma certa região, uma lavoura porque não tem como comprovar esses dados,
 87 as vezes fica muito difícil e como o monitor de seca é um documento oficial, já
 88 validado por vários Estados, então já podemos utilizar ele para dizer se aquela
 89 região teve veranico ou não teve para inclusive contemplar no seguro agrícola,
 90 eu citei só 2 exemplos, tem outros exemplos aí de doença veicular que as vezes
 91 no período de chuva também, se fala dele na seca e na chuva, que tem muita
 92 água na região, que fala se choveu mais ou choveu menos, tem também a nossa
 93 parceira nesse programa de monitor de seca que também é a Secretaria da
 94 Saúde, é o primeiro Estado que inclusive o pessoal da Agência Nacional de
 95 Águas e da Fundação de Meio Ambiente de Pernambuco que é quem coordena
 96 esse trabalho a nível nacional, é o primeiro Estado que colocou como monitor de
 97 seca e colocou também um avaliador, a Secretaria da Saúde porque eles tem


 que







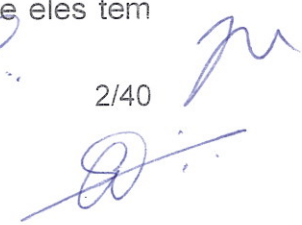













98 um programa, o VIGIAGUA que eles fazem, doença de veiculação de recursos
 99 hídricos, quando está muito cheio tem várias doenças, tipo a dengue, malária,
 100 leptospirose e quando baixa a água tem outro tipo de doença, então eles tem
 101 uma referência com relação a chuva e seca, também participam conosco,
 102 realmente é muito bom esse trabalho e ficamos feliz em ter colocado o Tocantins
 103 nesse ranking de atenção, nove Estados o Nordeste, o Tocantins, pra se ter ideia
 104 já entrou até o Rio de Janeiro querendo entrar no monitor de seca, mas o Rio de
 105 Janeiro tem seca? Como eu disse, a seca é relativa até pra nós que temos 6
 106 meses de chuva e 6 meses de estiagem prolongada, já é normal quando tem
 107 uma estiagem dentro da normalidade, quando prolonga 1 ou 2 meses a mais já
 108 é considerada uma seca relativa, já entra no mapa como seca relativa que é
 109 diferente da seca do Nordeste que é uma seca muito intensa, mas o mapa traz
 110 uma legenda que é bem explicativa para não ficarmos assustados, a seca nossa
 111 é diferente da seca do Nordeste, mas como o dado é validado pelo pessoal
 112 nosso aqui da SEMARH, Defesa Civil e da Secretaria da Saúde, a gente tem
 113 condições de dizer se o período foi seca, vamos supor uma época que chove
 114 400 milímetros por mês, 200, 120 pra nós as vezes é seca dependendo do ano,
 115 lá para o Nordeste essa chuva de 400 milímetros é por ano, não chove nada,
 116 fica 2, 3 anos sem chover, fica uma seca intensa, nós ficamos um pouco
 117 assustados em participar desse trabalho, desse mapa, porque pra gente dizer
 118 nós estamos juntos com o Nordeste? Então o Estado do Tocantins está virando
 119 um deserto? Não, aí depois vem a equipe técnica, tira todas as dúvidas e nós
 120 concordamos. O Pará já está no monitor da seca justamente por isso, porque
 121 tem aqueles programas emergenciais e tem uma dificuldade muito grande da
 122 Defesa Civil em fazer o trabalho local e depois jogar isso para a Defesa Civil
 123 Nacional entrar com aquele decreto de emergência ambiental, depois entra aqui
 124 no Estado aí só a partir daí realmente se consegue contemplar as regiões com
 125 esse tipo de projeto, a mesma coisa é a Agricultura, os veranicos. Você concorda
 126 comigo, representante da FAET? Então, nós já temos o nosso mapa para vocês
 127 abrirem, depois nós vamos passar o endereço do monitor da seca para vocês
 128 verem o Tocantins presente no monitor da seca. Agora vamos continuar a nossa
 129 reunião dando posse aos membros: **Leda Veronica Benevides D. Silva**
 130 (Comunidade Científica/UNITINS), **Leandro Roeder** (Secretaria de Estado da
 131 Fazenda e Planejamento - SEFAZ), **Estela Maris Pereira de Sousa**
 132 (Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR), **Alex Matos**
 133 **Fernandes** (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil), **Ryan**
 134 **Diógenes Brasil Mendes Arruda** (Organizações Cívicas de Recursos Hídricos
 135 Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do
 136 Médio Tocantins – CI - LAGO), **Agrest Bonival Silveira** (Comitê de Bacias
 137 Hidrográficas do Estado do Tocantins), **Ayranan Leite Anunciação Suzuki**
 138 (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) e **Ana Karolline**
 139 **Soares Alves** (IDAHRA). **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) nós temos ainda
 140 2 vagas, Comitê de Bacias são 3 vagas no Conselho, só temos 1 representante
 141 do Conselho aqui hoje presente pois estão em viagem participando do Fórum
 142 Nacional de Comitê de Bacias, o Tocantins tem 3 representantes e tem 2 que
 143 estão fazendo parte desse Fórum Nacional em reunião pra prestação de contas
 144 do ENCOBE que aconteceu agora em Foz do Iguaçu, a última reunião do ano
 145 portanto, não puderam comparecer e ainda tem 2 presentes do Comitê de Bacias
 146 que participam e são 3 presidentes do Comitê de Bacias que fazem parte do
 147 conselho na atual legislatura. Então vamos começar com a nossa pauta normal.

148 III. A Ata da 37ª reunião foi distribuída para vocês o documento de convocação,
 149 acho todo mundo teve acesso a essa Ata, alguém tem alguma observação a
 150 fazer, alguma correção, alteração? Eu acho que não há necessidade de a gente
 151 ler ela porque foi distribuída para vocês com antecedência e é uma Ata muito
 152 longa, mas se alguém quiser fazer alguma observação. Ninguém se manifesta?
 153 Então podemos colocar em votação? Está em votação, por favor, quem aprova
 154 a Ata levante seu crachá. Quem vota contra levante o crachá. Quem se abstém
 155 levante o crachá, então aprovada por unanimidade, obrigado pessoal. **Jamila**
 156 (SEMARH) faz a leitura da Ordem do Dia. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
 157 pergunta se alguém sugere alguma inversão de pauta da nossa reunião ou
 158 podemos prosseguir como foi proposta no convite do Ofício para vocês?
 159 Podemos prosseguir? Obrigado. **VI. a)** Essa primeira deliberação a gente coloca
 160 aprovar, mas é um termo muito pesado, como se diz, tem um outro termo, nós
 161 temos que mudar para deliberar, é deliberar ou recusar, aprovar fica muito
 162 taxativo e não é esse o objetivo dessa reunião, a plenária tem poderes para
 163 aprovar ou rejeitar qualquer documento proposto aqui, essa resolução do
 164 conselho foi aprovada *ad referendum* passou pela Câmara Técnica de Assuntos
 165 Jurídicos, tem até um Parecer, ela foi aprovada *ad referendum* porque nós
 166 tínhamos um calendário. O Pró-Comitês é um programa financiado pela Agência
 167 Nacional de Água de apoio aos Comitês de Bacias, são 50.000,00 para cada
 168 Comitês de Bacias, nós temos 4 Comitês, são 200.000,00 por ano, o Tocantins
 169 foi um dos únicos Estados, só o Tocantins e mais 1 dos 23 Estados que está
 170 contemplado pelo Pró-Comitê que conseguiu cumprir o seu plano de meta
 171 100%, fomos até parabenizados no ENCOB porque foi 1 dos 23 Estados que
 172 tem esse programa financiado pela ANA, fomos o primeiro e teve um outro
 173 Estado o segundo a contemplar realmente todo o plano de meta proposto, esse
 174 documento foi repassado para vocês também no ato da convocação então se
 175 alguém tiver alguma dúvida, quiser que a gente abra para discussão, ela foi
 176 aprovada em *ad referendum* porque nós tínhamos um prazo que era até Maio
 177 para fazer essa prestação de contas pra ANA, na reunião que nós tivemos em
 178 Março ainda tinha pendência em alguns Comitês de Bacias que estavam fazendo
 179 sua prestação de contas porque a gente sabe das dificuldades que tiveram esse
 180 ano porque nós desassistimos os Comitês de Bacias, o nosso convênio não teve
 181 continuidade em 2019 e os Comitês de Bacias tiveram algumas dificuldades,
 182 tivemos que pedir auxílio ao nosso pessoal do departamento de Recursos
 183 Hídricos da SEMARH para ajudar fazer essa prestação de contas por isso
 184 atrasou um pouco e não conseguimos submeter na reunião de Março e como o
 185 prazo era em Maio, tivemos que aprovar *ad referendum* para aprovar na próxima
 186 reunião para não perdermos o recurso do repasse do ano de 2019, essa
 187 prestação de contas é do exercício de 2018, a secretaria aprovou *ad referendum*,
 188 está amparado no nosso regimento interno e desde que a gente coloque isso em
 189 apreciação na próxima reunião plenária. Se alguém tiver alguma dúvida, se
 190 quiser a nossa colega Goreth gerente de apoio aos Comitês de Bacias pode tirar
 191 alguma dúvida. **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins)
 192 só para acrescentar que esse programa da ANA é um recurso pequeno em apoio
 193 a gestão, então não é um recurso que substitui aquilo que a secretaria já vem
 194 fazendo, que os Estados já vem fazendo, mas é mais do que esse recurso de
 195 50.000,00 esse programa traz todo um instrumentário a nível de metas e de
 196 trabalho que os Comitês precisam desenvolver, uma tentativa importante da
 197 ANA de elevar o nível de gestão nos comitês no Brasil inteiro. **Aldo Azevedo**

Carla
Kiss
Goreth
Carla
J
D
R

[Signature]
[Signature]

[Signature]

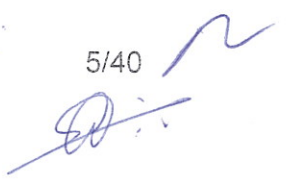
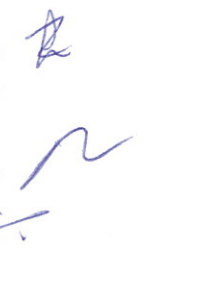
[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]
 4/40
[Signature]

198 (Secretário Executivo) bem colocado Davis, representante do Comitê de Bacias
199 do Lago de Palmas, temos também mais dois representantes do Comitês de
200 Bacias, temos o Agrest que entregou o seu mandato ontem, foi um reeleito
201 realmente conseguiu dar cara do Comitê de Bacias, muitas vezes a gente fala
202 em Comitê de Bacias tem a cara do seu presidente e não desprezando os outros
203 Comitê de Bacias, mas o Comitê de Bacias que o Agrest foi presidente por 2
204 mandatos, quase 6 anos, a gente queria agradecer e aproveitar o momento para
205 agradecer aqui em público o conselho, o trabalho desenvolvido pelo Agrest
206 naquele Comitê de Bacias por 2 mandatos realmente com muita competência,
207 com muita dedicação e o Comitê de Bacias Lontra e Corda de Araguaína tem a
208 cara do Agrest assim como o Comitê de Bacias do Manuel Alves tem a cara do
209 Sena. Então isso é muito bom quando a pessoa veste a camisa e dá essa
210 colocação do Comitê de Bacias como esses 2 presidentes, sem desprezar o
211 trabalho dos outros, mas que estão lá há algum tempo porque os outros
212 geralmente ficam 1 mandato e sai e eles 2 já estão com 2 mandatos eles
213 realmente fazem jus ao trabalho desenvolvido naquela região, a Ayranan
214 também acho até que foi eleita agora como secretária executiva, participou da
215 gestão anterior, faz um trabalho muito bom, ela é técnica do NATURATINS
216 representando o Poder Público, então a gente fica muito feliz com a presença de
217 vocês aqui hoje nessa plenária e eu não poderia deixar de aproveitar a
218 oportunidade de agradecer pessoalmente em nome do nosso Conselho Estadual
219 de Recursos Hídricos que é o órgão máximo do Sistema do Comitê de Bacias
220 em segunda instância ao lado da Bacia Hidrográfica pelo trabalho desenvolvido
221 por vocês nesses 2 mandatos, muito obrigado Agrest, vamos estar sempre à
222 disposição e queremos contar com você agora nessa instância superior que é o
223 Conselho, olhar mais de cima agora, você já trabalhou muito lá na Bacia
224 Hidrográfica e agora aqui em Palmas você para nos ajudar, trazer a experiência
225 que você tem, desenvolver lá no Comitê de Bacias e trazer para o Conselho é
226 muito enriquecedor isso, obrigado mais uma vez. Se não tem nenhuma
227 argumentação daquela Resolução da Aprovação do Plano de Aplicação do Pró-
228 Comitê a gente coloca em votação. Quem for a favor levante o crachá. Quem for
229 contra levante o crachá. Quem se abstém por favor levante o crachá. Então
230 aprovada com quantos votos? Dezoito votos a favor e uma abstenção. Obrigado.
231 Nós vamos agora votar em outra que também foi *ad referendum* é uma
232 readequação do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
233 de 2019 que foi aprovada por esse Conselho na última reunião do ano passado
234 em 2018, aí houve a necessidade de fazer uma readequação porque apareceu
235 um Projeto novo da UNIRG que é um Projeto de 2013 e nós tínhamos que
236 repassar 3 parcelas para eles, repassamos a primeira e a segunda e estava
237 vencendo o Convênio e nós não tínhamos nem previsão já tínhamos colocado
238 dois exercícios, orçamento para essa terceira parcela, estava com dificuldade de
239 execução e nós achávamos que ia vencer em 2019 e não haveria necessidade
240 de fazer o repasse da terceira parcela, a dificuldade, licitação e tal e estava
241 realmente um pouco complicado o processo, quando foi em 2019 eles
242 conseguiram um aditivo de prazo aí quando aditivamos o Convênio
243 automaticamente nos cobraram a terceira parcela e não estava previsto no
244 orçamento aí tivemos que fazer uma readequação de 362.000,00. Não estava
245 previsto isso realmente no exercício desse ano como eu disse e já estava com
246 dois anos com recurso na conta com dificuldade realmente de aplicar porque
247 teve problema com licitação é uma instituição do Governo Federal de ensino



248 muito boa mais teve problema e nós achávamos que 2019 não haveria
 249 necessidade de colocar disponibilidade de recurso para essa terceira parcela aí
 250 quando eles conseguiram o aditivo com essa justificativa realmente de que teve
 251 problema e foi bem justificado, a justificativa circunstanciada assegurada pela
 252 legislação e nós fizemos o aditivo, aí já que aditivou quiseram a terceira parceira
 253 e nós tivemos que fazer esse remanejamento, está bem legal, sem problema
 254 nenhum, tiramos de uma ação que não iríamos executar sem nenhum prejuízo
 255 para o exercício de 2019 e para atender essa demanda, eles estão cumprindo
 256 agora no final do ano esse Convênio e acho que não vai ter muito problema não,
 257 foi bom realmente, um trabalho muito bom, desenvolvido pelo Comitê de Bacias
 258 dentro desse convênio foi criado o Comitê de Bacias de Santo Antônio e Santa
 259 Tereza região Sul do Estado, foi revitalizado várias Bacias Hidrográficas perto
 260 de Gurupi, foi criada Unidades de Conservação de Gurupi, umas 6 ou 7, então é
 261 um trabalho muito bom, muito significativo, foi muito bom que nós fizéssemos
 262 realmente essa terceira parcela, era uma contrariedade nossa de não ter
 263 cumprido a meta toda do programa, mas com esse aditivo foi bom ter repassado,
 264 fizemos essa pequena alteração no Fundo para atender essa terceira parcela.
 265 Alguém mais tem alguma observação a fazer? Podemos colocar em votação
 266 essa readequação do Plano? Em votação. Quem é a favor levante o crachá por
 267 favor. Vinte votos a favor. Quem é contra levante o crachá por favor. Nenhum
 268 voto contra. Quem se abstém levante o crachá por favor. Uma abstenção. Então
 269 aprovado com 20 votos. Obrigado pessoal. **Vilmar** (SICS) questão de ordem, na
 270 primeira votação tivemos 18 votos e 1 abstenção, agora foram 20 votos, tinha
 271 conselheiros que não estavam no ambiente? **Aldo Azevedo** (Secretário
 272 Executivo) tinha, teve 3 ou 4 conselheiros que não haviam chegado ainda,
 273 inclusive o Davis que não foi diplomado ainda, tem um representante do Comitê
 274 de Bacias que acabou de chegar, chegou o Farenzena da SEINF, Antônio Cássio
 275 da Agricultura e o Miguel da ENERGISA. Fechou a computação, é por isso que
 276 é bom esse Conselho a gente aprende, transparente aqui, eu sempre digo, essas
 277 votações desses Plano de Aplicações você não é Conselheiro fiscal não tem
 278 responsabilidade nenhuma em assumir o que diz a nossa Lei é que tem que
 279 priorizar, o Conselho tem a prerrogativa de priorizar os recursos do Fundo, então
 280 vai fazendo esse Plano de Aplicação no final do ano com consentimento de
 281 vocês, vocês aprovam e durante o ano a gente faz o acompanhamento e pode-
 282 se mudar ao longo do ano, é igual o PPA, mas PPA a gente faz para 4 anos e
 283 ao longo de todo ano a gente faz as readequações como um Plano, o nosso
 284 como é anual ao longo do ano pode fazer alguma readequação não tem nada de
 285 conselheiro fiscal, o que nós fazemos é submeter vocês priorizando os recursos
 286 do Fundo e depois vendo o que executou e o que não executou, a prestação de
 287 contas e o ordenador de despesa é o Secretário que faz junto aos órgãos de
 288 fiscalização, é feito e assinado por ele, para tranquilizar mais um pouco. O Plano
 289 de Aplicação desse ano nós tivemos uma queda de recurso, o ano passado nós
 290 tivemos 4 milhões e pouco esse ano nós tivemos 3 milhões e cem do Plano de
 291 Aplicação de Recurso, foi um ano muito difícil de planejar com tanto
 292 contingenciamento do Governo, com tanta janela fechando, tivemos 3 milhões e
 293 cem e foi difícil fechar realmente esse ano. Essa primeira ação aqui, obras e
 294 instalações 590.000,00. Nosso Projeto Barraginha no ano passado tinha 1
 295 milhão e meio, esse ano tivemos que cortar. Essa outra ação estruturação e
 296 fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
 297 essa aqui nós falamos que é nossa ação mãe aqui da SEMARH porque ela dá

298 todo suporte às ações da SEMARH, de todos projetos de todos Convênios com
 299 diária, com material de consumo, aqui entra combustível, despesa de
 300 locomoção, passagem aérea, serviços de terceiros de pessoa física, serviço de
 301 terceiro pessoa jurídica, alguma contratação que a gente faz aqui na SEMARH.
 302 **Agrest** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) Só 1 minuto, o
 303 Barraginha que você citou aí ele atende só a região Sudeste ou ele vai ser
 304 estendido a outras regiões do Estado? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
 305 Barraginha 1 foi a região Sudeste encerrou em 2018, 3.560 barraginhas,
 306 Barraginha 2 é a Região Centro-Sul pegando aqui em Porto Nacional até a divisa
 307 com Goiás lá em cima na margem esquerda do Tocantins e na Belém-Brasília
 308 margeando ali e uma terceira opção é jogar esse Projeto para outra região mas
 309 estar fazendo isso por região que são regiões que a gente vê que tem uma
 310 estiagem mais prolongada que tem um problema a gente não pensava que
 311 aquela região pegando aqui Gurupi hoje tem muito problema com abastecimento
 312 de água, aquela região, Alvorada também tem subindo até Cariri e ali é uma
 313 região muito seca também uma estiagem muito prolongada então foi priorizado,
 314 é um programa muito bom, seria bom se nós pudéssemos expandir para todo
 315 Estado mas infelizmente tem que priorizar e a prioridade foi essa segunda etapa
 316 agora o Barraginha 2 a Região Centro-Sul. **Agrest** (Comitê de Bacias
 317 Hidrográficas do Estado do Tocantins) nós temos cidades na Bacia do Lontra e
 318 Corda que passam por problemas e já pediram, já fizeram a solicitação para
 319 fazer barraginhas na época do verão. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) isso
 320 é muito bom, esse projeto inclusive para você ter uma ideia ele já está sendo
 321 desenvolvido no Pará. O Pará tem região que chove todos os meses do ano, no
 322 Pará lá em Paragominas é uma região que se desmatou muito e estava virando
 323 uma região deserta então hoje eles tem um município que tem um selo verde e
 324 o barraginha em recuperação de nascente foi um dos dois eixos principais desse
 325 programa para tornar o município de Paragominas um município com selo verde,
 326 já estava até o Boi que era o presidente de Paragominas já não tinha mais
 327 mercado ninguém comprava o boi nem matava mais porque era considerado um
 328 município que degradou muito realmente ali a Amazônia, o Rio Amazônia então
 329 já estava tendo rejeição entrou a EMBRAPA para fazer um trabalho de
 330 recuperação da Bacia daquele município, hoje o município tem o selo verde com
 331 esses dois projetos pra você ter uma ideia do tanto que esse projeto é importante
 332 para as regiões até região que chove bastante já está se fazendo barraginha e
 333 o Tocantins nós tivemos um grande avanço com barraginha na Região Sudeste
 334 tanto que esse ano veio um bom projeto para financiar caminhões pipa pra região
 335 Sudeste e já tinha 18 municípios que já tinham feito o pedido dizendo que seu
 336 município estava passando por uma calamidade, a defesa civil esteve lá e não
 337 teve a comprovação de que tinha essa calamidade, essa seca prolongada, essa
 338 estiagem, em anos anteriores morria gado, pediram até para as prefeituras
 339 fazerem uma caracterização com mais afinco, com mais fundamentação legal e
 340 não teve essa fundamentação que já teve dois programas deles lá, já teve
 341 programa de cisterna aquele programa de água para todos e teve o projeto
 342 barraginha, então já começa a fazer efeito tanto que esse ano não teve caminhão
 343 pipa naquela região e o barraginhas tem um efeito a longo prazo a medida que
 344 vai avançando o ano e os anos ele vai cumprindo o seu papel que é realmente
 345 de recarregar o lençol freático, acumular água da chuva, não deixar que haja
 346 assoreamento dos rios, nem erosão, aumentar a infiltração da água no solo e
 347 aumentar o lençol freático, então acredito que esse ano vai ser melhor que o ano

348 passado e a cada ano que vai passando ele vai melhorando o seu objetivo, a
 349 sua eficiência para que ele foi projetado. Portanto essa ação tem um orçamento
 350 de 1.510.000,00 esse 1 milhão nesse item 3.3.3.71.41.00 nós tínhamos até o
 351 ano passado um Convênio para atender os Comitês de Bacias que era um
 352 Convênio com o Instituto Ecológica de 1 milhão e meio por ano eram 2 anos,
 353 seriam 3 milhões, os cortes que tiveram esse ano tivemos que cortar também
 354 aqui na Secretaria os nossos orçamentos, nossas ações e um acordo do
 355 Secretário com os Comitês de Bacias nós conseguimos chegar num termo de
 356 denominador comum que 1 milhão não é suficiente, mas dá para atender como
 357 se diz, melhor do que nada né e conseguimos realmente liberar, colocar no
 358 orçamento para apreciar com vocês 1 milhão para atender um Convênio para
 359 estruturação e assessoramento técnico, o loteamento dos Comitês de Bacias
 360 que até esse ano de 2019 ficou completamente desassistido, se não fosse o
 361 Convênio da ANA, os 50.000,00 por Comitês da Agência Nacional da Água, os
 362 Comitês de Bacias teriam passado por uma fase de jejum crítica como nunca
 363 tinham passado aqui e colocamos 1 milhão, foi o possível, não é o ideal, mas foi
 364 o possível, os Comitês de Bacias já entenderam isso e vamos submeter isso
 365 depois a proposta está quase pronta submeter aos Comitês de Bacias para que
 366 seja aprovado com resolução, depois aprovar aqui a ação no Conselho Estadual
 367 de Recursos Hídricos, antes submeter a PGE para fazer todo o processo legal e
 368 submeter a esse Conselho, mas antes temos que submeter a essa apreciação,
 369 essa previsão de recurso para essa ação é 1 milhão de reais para 5 Comitês de
 370 Bacias dá 200.000,00 por Comitê eu acho que dá para o Comitês de Bacias
 371 funcionar a contento, não dá para fazer grandes investimentos, mas já temos
 372 outras ações que são ações de cobrança pelo uso da Água no Comitês de Bacias
 373 do Rio Formoso e possivelmente o próximo é aqui no Lago de Palmas para que
 374 não fique só dependendo do Estado, a gente sabe o contingenciamento do
 375 Governo do Estado hoje é uma realidade né, não só no Tocantins, em todo país
 376 e Comitês de Bacias tem que ter uma certa independência, uma certa
 377 sustentabilidade financeira só se consegue isso o Comitês de Bacias que tem
 378 cobrança, que implantou a cobrança, aqueles que não implementou a cobrança
 379 está sempre ali com o pires na mão, é o Governo do Estado e a gente sabe da
 380 dificuldade que é. **José Fernandes** (FIETO) só para dizer que o Aldo está
 381 pontuando muito bem essa questão do projeto Barraginhas porque isso faz parte
 382 de um bom entendimento do meio físico do Tocantins, nós fomos sempre
 383 considerados o Estado das Águas, mas parece que nos últimos anos isso não
 384 tem sido tão verdade assim, isso vale não só para o Tocantins mas para o Brasil
 385 para todo o país como um todo, parece que essa questão está afetando áreas
 386 que antigamente não tinham esse problema e o Projeto Barraginhas me parece
 387 que é fundamental porque ele contribui para a recarga do aquífero como você
 388 bem falou, atende uma filosofia técnica de que água que cai numa determinada
 389 região deve ficar ali, ou seja, evitar o escoamento porque o Projeto Barraginhas
 390 faz isso, ele contribui para a recarga do aquífero isso é muito melhor do que
 391 depois você fazer obras grandiosas para levar a água de alguns lugares para
 392 outros o que também no Brasil não tem mostrado muito efetivo preservar o
 393 aquífero, colocar no aquífero água que precipita me parece muito mais
 394 adequado, isso é uma questão que eu queria falar, mas a outra sobre exiguidade
 395 de recursos para o Fundo tão importante como é o Fundo Estadual de Recursos
 396 Hídricos é claro que o dinheiro que falta aqui está colocado em outro lugar e me
 397 parece que outro lugar é o tamanho exagerado da máquina pública que consome

398 parte desse recurso que poderia ser melhor aproveitado isso também não é um
399 privilégio do Tocantins, isso acontece no Brasil todo como você mesmo falou,
400 muitos Estados hoje estão em situação fiscal muito grave, difícil mesmo, o nosso
401 ainda não está nesse momento mas se não nada fizermos contra esse
402 crescimento exagerado do Estado me parece que nós vamos comprometer
403 recursos todos, a manutenção desse Estado e isso vai começar a ter reflexo no
404 seguimento produtivo e começa por isso aqui, faltar recursos de um Fundo tão
405 importante e tanta significância como é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos,
406 só para registrar, isso tem sido parte de uma frequente discussão que nós temos
407 tido na Federação das Indústrias e também no órgão que congrega todas as
408 confederações das Indústrias do Brasil porque é fundamental que a gente pense
409 nisso, não adiante a gente virar a cara para o outro lado e fingir que isso não
410 está acontecendo porque os resultados negativos começam a aparecer, é isso
411 aí, muito obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) nós que agradecemos
412 por sua intervenção muito bem colocada e isso é um projeto social é um projeto
413 da EMBRAPA de Sete Lagoas de Minas Gerais que começou lá e ganhou prêmio
414 internacional como projeto ambiental e social dos melhores do mundo, ganhou
415 prêmio internacional realmente ele é um projeto muito barato e que atende
416 diretamente na ponta, nós aprendemos a trabalhar aqui na Secretaria de Meio
417 Ambiente, principalmente o setor de Recursos Hídricos com ações que atendem
418 diretamente na ponta são direcionados lá na ponta lá para a propriedade rural,
419 lá para o pequeno produtor rural porque hoje é uma utopia, uma demagogia a
420 gente chegar aqui e dizer ó gente desmataram muito para criar boi, pra plantar
421 soja, não pode ser assim quem que convence hoje o mundo está precisando de
422 alimentação, agora com Barraginhas eu resolvo muito problema desse
423 escoamento superficial, da água indo embora, de erosão, simplesmente com o
424 projeto Barraginha e recuperação de nascentes que são 2 grandes projetos de
425 nossa diretoria e que nós temos essa oportunidade de levar diretamente na
426 ponta e quantificar porque é missão nossa legislar a Secretaria de Meio
427 Ambiente ela tem que formular as políticas e coordenar sua execução essa é a
428 nossa missão institucional mas nós passamos a perceber que a execução
429 deixava muito a desejar lá na ponta e passamos também a executar essas
430 políticas nós elaboramos o nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos em 2011
431 e tem 23 ações são ações que são do Governo e da Iniciativa Privada todos os
432 nossos projetos estão no nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos, são
433 projetos muito bem fundamentados a nossa Política de Recursos Hídricos é
434 muito bem estruturada, muito bem arquitetada tudo que a gente fala aqui e faz
435 aqui tem amparo na Lei, isso deu uma facilidade muito grande quando a gente
436 faz a nossa justificativa do gestor para aprovar os nossos projetos lá na PGE,
437 primeiro a gente falava que a região chovia pouco, não, não é isso que a gente
438 quer e começamos a fundamentar isso está na nossa Política Estadual de
439 Recursos Hídricos é um dos instrumentos da política, então é uma das ações do
440 Plano Estadual de Recursos Hídricos que foi aprovada por esse Conselho então
441 vira Lei está no PPA e está no Plano de Aplicação do Fundo, pronto, com essas
442 4 considerações acabou a argumentação da PGE, não tem mais como reclamar
443 das fundamentações porque a gente passou a trabalhar realmente nesse sentido
444 com planejamento a longo prazo e depois executar as ações a longo prazo, nós
445 fomos muito criticados agora no final por um representante inclusive desse
446 Conselho, estamos elaborando 4 tabelas de Recursos Hídricos, a execução do
447 nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos que foi elaborado em 2011 até a

448 gente que trabalha aqui todo dia a gente fica boque aberto quando pegamos e
 449 sentamos fomos elencar ação por ação, qual é o projeto nosso, onde ele está lá
 450 no Plano de Ação Estadual, onde ele está no Fundo, onde ele está na nossa
 451 política elencando aqui, a execução nossa do Plano Estadual de Recursos
 452 Hídricos elaborada em 2011 tem um horizonte de 20 anos ele está praticamente
 453 70% concluído em 8 anos e nós temos mais 12 anos pra frente eu tinha medo
 454 porque nós fomos criticados várias vezes dizendo que o Plano Estadual de
 455 Recursos Hídricos era um plano de prateleira, de gaveta, elaboramos em 2011
 456 e ficou lá na gaveta da SEMARH ninguém nunca mais abriu esse plano aí um
 457 dia me desafiaram e eu falei eu vou fazer uma apresentação do Plano Estadual
 458 de Recursos Hídricos e até eu fiquei surpreso que estou todo dia aqui fazendo o
 459 projeto, olhando o plano fiquei surpreso, aí tem um funcionário nosso que está
 460 fazendo doutorado, já tem mestrado na área e eu falei para ele, o Thiago,
 461 engenheiro ambiental pegar o plano e fazer uma conjuntura da gestão de
 462 Recursos Hídricos e da evolução do Plano Estadual de Recursos Hídricos
 463 quando ele me apresentou a versão preliminar eu fiquei assustado e pedi para
 464 ele fazer uma revisão vamos colocar na nossa página para ver a transparência
 465 que é como a gente trabalha no setor de Recursos Hídricos. **João Farençena**
 466 (SEINF) sobre essa questão de restrição orçamentária, financeira, você estava
 467 presente semana passada naquela audiência na Assembleia sobre a questão do
 468 lago e foi comentado lá pelos parlamentares essa questão sobre a divisão
 469 financeira do repasse de recursos hídricos hidrelétricas e grande parte dela vai
 470 para recuperação de rodovias o que o Conselho poderia fazer nesse sentido
 471 para tentar, eu acho que através de Assembleia para pleitear pelo menos para
 472 tentar resolver essa situação de restrição que nós temos sendo que a maior parte
 473 desse recurso especificamente que eu falei acho que 70% vai para recuperação
 474 de rodovias, não que seja mal usado, mas se está tendo uma restrição nessa
 475 questão direta que o recurso teria que ser aplicado o que o Conselho poderia
 476 fazer nesse sentido? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, o nosso Conselho
 477 ele delibera quando é competência nossa, essa questão fiscal é uma questão de
 478 Governo de Estado, de revisão da Política Estadual de Recursos Hídricos, de
 479 Política Financeira, Fiscal do Estado, o que a gente podia fazer é uma moção
 480 bem fundamentada realmente que já tenha naquela audiência pública que já saiu
 481 na Ata a recomendação que vão tentar rever isso aí, só para explicar porque a
 482 maioria do pessoal não estava lá o que acontece é o seguinte, a maior fonte de
 483 financiamento do Fundo hoje é a compensação financeira pelo uso dos Recursos
 484 Hídricos que é gerada pelo setor Hidrelétrico, aí o que está acontecendo é ela
 485 repassa 100% para o Governo do Estado o Governo do Estado ficou de 2002
 486 que foi criado o Fundo até 2011 sem repassar 1 centavo para o Fundo Estadual
 487 ficou um Fundo criado sem recurso, um Fundo sem Fundo né, criado no papel e
 488 não tinha recurso, em 2011 nós conseguimos desbloquear e conseguimos 30%
 489 dessa compensação financeira para que viesse para recursos hídricos o outro
 490 ficou lá no Governo do Estado ainda o Governo não permitiu, nenhum Estado da
 491 nação hoje consegue ele permite que 100% da compensação financeira seja
 492 repassado para o Fundo Estadual tem Estado que é 10, é 15%, a maioria 15%,
 493 nós temos 30, eu acho que é pouco realmente né e criaram o Fundo Estadual
 494 de Transporte que o Governo acha que é prioridade que transporte é mais
 495 prioritário que recurso hídrico e 70% do recurso que vem para o Governo do
 496 Estado da compensação financeira é repassada para o Fundo Estadual de
 497 Transporte, então nós temos que ter uma batalha muito grande, já tem uns

498 deputados que concordam com isso que vão levar para Assembleia isso aí no
 499 próximo ano para que a gente consiga reverter isso aí, não é fácil, pelo menos
 500 50% na época 2011 nós estamos tentando ficar a proposta é 50% para o Fundo
 501 Estadual de Recursos Hídricos e 50% para o Fundo Estadual de Transporte, não
 502 concordaram eles queriam que nós ficássemos só com 15% aí conseguimos a
 503 duras penas com muito argumento ficar com 30% e 70% foi para o Transporte,
 504 então hoje é uma batalha muito grande que a gente sabe que o setor de
 505 transporte hoje, é transporte, saúde, educação é a mola mestra de qualquer
 506 governo né, recursos hídricos apesar de ter uma compreensão aqui esse
 507 Conselho é muito consciente disso em depoimento aqui do Fernandes muito bem
 508 colocado, tem toda a área técnica nossa que trabalha nesse sentido, mas é difícil
 509 a gente não pode perder a esperança, nós temos que batalhar para ver se
 510 consegue e já temos apoio de 1 ou 2 deputados que topam comprar essa briga
 511 conosco, vamos ver se a gente consegue reverter esse quadro, porque até então
 512 perdemos ainda um pouco mais do total da compensação financeira pelos
 513 recursos hídricos 45% vinha para o Estado e 45% era distribuído por município
 514 e nós tínhamos 30% desses 45% que vinha para o Estado, agora a partir desse
 515 ano aprovaram uma Lei no Congresso Nacional que mudou mais ainda o Estado
 516 só fica com 25% e o município com 65% então a cada ano que passa está só
 517 reduzindo esse fundo e nós já tivemos ano aqui que nós tínhamos um orçamento
 518 de 9 milhões e pouco hoje estamos com 3 milhões né então é uma situação
 519 crítica e enquanto os problemas com recursos hídricos vão se agravando ao
 520 passar dos anos o nosso orçamento vai realmente regredindo, foi bem colocado
 521 Farenzena mas vamos organizar e fazer uma moção pra gente ter mais
 522 argumento na Assembleia pra que a gente consiga realmente mobilizar um
 523 número maior de deputados e comprar essa briga conosco que é uma briga feia
 524 nós sempre comentávamos nas reuniões é igual quando você se não dá uma
 525 balinha para uma criança e fala não isso aqui eu não posso te dar porque isso
 526 aqui vai te fazer mal, a criança chora um pouco ali e se conforma, agora se você
 527 der uma bala para ele e tomar aí a briga é muito mais feia e o problema agora
 528 com esse Fundo de Transporte pra agora tirar esse recurso do transporte e
 529 argumentar que o Meio Ambiente e Recursos Hídricos é mais importante do que
 530 recuperar as estradas do Estado nosso igual esse Estado aqui é uma briga feia,
 531 mas já tem uma luz no fundo do túnel que a gente tem amparo na Assembleia
 532 que a gente consegue né. **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do
 533 Tocantins) com relação a essa questão do orçamento só um comentário muito
 534 rápido, a gente só está querendo para os Recursos Hídricos o que é dos
 535 Recursos Hídricos, eu acho que o Conselheiro colega da FIETO colocou muito
 536 bem, muitas vezes a gente tem o recurso colocado no local inadequado por
 537 assim dizer, então a gente entende a necessidade e a importância da
 538 infraestrutura para o Estado, mas o Estado tem empréstimo do PDRIS e quando
 539 você olha o orçamento da infraestrutura você vê todo esse fundo ou esse recurso
 540 que vai pra lá é insignificante, acho que a palavra é essa, então o que salvaria a
 541 nossa lavoura aqui lá está sendo insignificante espero que a gente consiga
 542 sensibilizar aí a gestão do Estado pra esse reordenamento desse recurso e a
 543 outra coisa que eu gostaria de pedir também para que você fizesse algum
 544 esclarecimento nesse Conselho eu acho que agora é um bom momento é que
 545 quando a gente discute a conservação das águas, a preservação, pra nós aqui
 546 da nossa região fica parecendo que a gente está fazendo algo muito altruísta, as
 547 vezes até sem necessidade apesar de escutar que um município ou outro falta

548 água em determinado momento não tem disponível, mas quando a gente está
 549 aqui em Palmas e olha para esse lago acha que está tudo bem, mas a gente
 550 percebe que nesse período agora de mudanças climáticas extremas onde se
 551 começa o ano com muita chuva e termina com pouca chuva, eu gosto muito de
 552 lembrar do exemplo do nosso lago aqui em 2007 começou com a maior vazão já
 553 registrada e terminou com a menor vazão já registrada desde que encheu o
 554 reservatório e agora ele está com a mesma situação parecida ainda com relação
 555 a crise do Rio Tocantins eu gostaria que você esclarece pra gente isso eu acho
 556 que é importante que esse Conselho esteja a par e o nosso Rio Tocantins que
 557 não é só Tocantinense é um rio nacional que acompanha a maior Bacia
 558 Hidrográfica brasileira existe hoje na Agencia Nacional de Águas o Comitê de
 559 crise por conta justamente de vazão e a nossa responsabilidade em cuidar das
 560 nossas águas, das nossas bacias. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, foi
 561 bem colocado, eu até ia colocar um vídeo aqui, mas o tempo de vocês não é
 562 muito, tem que abreviar as coisas um pouco aqui, o que aconteceu foi em 2016,
 563 2017 que nós passamos pela maior crise hídrica do Rio Tocantins, você
 564 atravessava ele em Miracema e lá em Tocantinópolis lá abaixo da Usina do
 565 Estreito pulando de uma pedra para outra realmente e o nosso lago aqui
 566 completamente cheio, estrondoso, aqui a água que não tem aquela variação
 567 igual tem lá no Nordeste os reservatórios quando é época da seca vai para 10,
 568 15% Centro-Oeste está também assim hoje, Serra da Mesa está melhor que o
 569 de Furnas eu estava olhando Furnas está com 11% está igual lá Sobradinho que
 570 é um absurdo né o reservatório de Furnas lá em Minas Gerais está com 11% de
 571 sua capacidade Serra da Mesa está com 18% e esse ano pra nossa surpresa
 572 dia 24 viralizou ai toda rede social aquele video que no Tocantins ali em Pedro
 573 Afonso estava seco alguém filmou lá e jogou até eu fiquei assustado realmente
 574 com aquilo lá e tem o Comitê de Crise que a gente fica interligado aqui com a
 575 ANA, no dia 22 teve uma reunião por vídeo conferência a gente fica conectado
 576 com toda a Bacia do Rio Tocantins, todos os Estados que fazem parte da Bacia
 577 do Rio Tocantins e nós cobramos uma explicação porque o rio secou tão
 578 repentinamente já estava seco a algum tempo mas secou tão repentinamente a
 579 justificativa é que teve um sistema interligado de geração de energia lá de Furnas
 580 entrou em colapso com uma das Usinas e alguém tinha que socorrer e
 581 escolheram aqui Lajeado né, operador nacional de sistema que coordena tudo
 582 isso aí autorizou Lajeado a liberar a água que estava entrando numa vazão aqui
 583 de 600, 700 metros cúbicos por segundo que vinha lá de Serra da Mesa que está
 584 chovendo ainda que a contribuição dos nossos rios aqui é muito pouca entrava
 585 600 liberava 600 a partir dessa data passou a liberar 1.210, 1.230 para gerar
 586 para ligar mais 1 ou 2 turbinas na Usina aqui de Lajeado para gerar energia que
 587 precisava socorrer o sistema por 2 dias e isso deve ter provocado uma pequena
 588 cheia lá baixa acima do nível normal do rio quase ninguém percebeu achando
 589 que era problema da chuva aí liberou 2 dias aí o nível do reservatório de Lajeado
 590 como ele trabalha a fio d'água a variação que ele sempre chega é 70 centímetros
 591 ele baixou além disso aí porque liberou mais água do que estava entrando Serra
 592 da Mesa aí tiveram que fechar 2 dias nos dias 23 e 24 fecharam as comportas da
 593 geração de energia para recuperação do lago, mas fecharam muito a vazão
 594 fluente do rio de Lajeado para 230, 240, secou praticamente o rio, na época da
 595 Piracema que é uma época que realmente os peixes estão todos subindo você
 596 libera uma vazão de 1.200, 2, 3 dias antes os peixes entendem que aquilo é uma
 597 cheia normal do rio começa a subir para desovar, começou encher algum lago

598 na margem evidentemente na região mais baixa chegou a drenar para algum
599 lago ali os peixes sobem no outro dia fecha as comportas e um rio de 1.200
600 metros cúbicos por segundo ele baixa para 230, 240 aí você secou o rio, não tem
601 outra explicação e vai ter outra reunião agora da Sala de crise dia 17 no dia que
602 estava na vídeo conferencia o pessoal da INVESTCO estava presente na
603 reunião para explicar a ONS explicou que foi justamente por isso porque o
604 operador nacional do sistema ele regulamenta todo o sistema de operação da
605 Usina tem um colapso lá no sistema interligado e acionaram a INVESTCO para
606 socorrer o problema mas, quer dizer, pra gerar energia como foi dito na audiência
607 pública na região Centro-Sul nós só consumimos aqui 15% da geração de
608 energia de Lajeado e nós ficamos com o impacto ambiental com os prejuízos
609 aqui no nosso Estado né vendo essa calamidade para socorrer a região Centro-
610 Sul do Estado que é um setor industrial altamente industrializado aí a pergunta
611 nossa vai ser essa em 2016, 2017 aconteceu a mesma coisa, em 2019 a mesma
612 coisa, alguém tem que tomar uma providência, nós não podemos ficar aqui só
613 com o ônus né, está errado, esse balanço aí não fecha, alguém tem que pagar
614 essa conta né e o problema pior não avisaram nada para os órgãos ambientais
615 aqui, não avisaram nada esse que foi o pior, ninguém sabia, ligamos para a
616 Defesa Civil, não sabiam, ligamos no NATURATINS também ninguém ficou
617 sabendo, então uma decisão dessa, uma decisão que é econômica e deixa todo
618 mundo aí sem resguardo, agora é uma pena, na audiência pública que teve na
619 Assembleia que era para discutir o Plano de uso Público de Lajeado, a
620 INVESTCO também não compareceu lá, foi convocada pela Assembleia e não
621 apareceu na audiência pública e ficou todo mundo falando e ninguém deu
622 explicação de nada isso não é muito ruim essa independência que temos no
623 setor energético realmente deixando tudo a ver navios. **Rodrigo** (CREA) só uma
624 dúvida, qual seria o órgão estadual responsável para fazer esse tipo de
625 fiscalização, acompanhamento? Seria interessante o Conselho fazer uma
626 cobrança disso aí porque pelo que eu entendi houve alguma falha em algum
627 momento de alguém seria interessante o Conselho fazer essa cobrança para
628 isso não ocorrer mais. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) o licenciamento da
629 geração de energia é o órgão federal que é o IBAMA e a Agência Nacional de
630 Água tem um processo agora de renovação dessa licença com interveniência do
631 NATURATINS a renovação agora da licença é do NATURATINS então teria que
632 ser realmente o NATURATINS para tomar uma providência nesse sentido para
633 explicar realmente não tem outra explicação né. **João Farencena** (SEINF) só
634 para complementar essa questão desse incidente tem outro aspecto aí dessa
635 contribuição financeira que infelizmente aqui nós ficamos com o passivo social,
636 ambiental de todas as questões dessas hidrelétricas porque esse repasse da
637 contribuição financeira pela utilização é um cálculo fictício do ICMS teórico da
638 ponta de geração o que ela gera de ICMS lá na ponta de consumo no Sul e
639 Sudeste é totalmente diferente então a gente politicamente para reverter isso,
640 mas tem que ser registrado isso nessas questões porque nós ficamos só com a
641 migalha mesmo o real ICMS é cobrado lá na ponta do consumo e eles calculam
642 ele da ponta da geração mas o que acontece, mas acho que tem que registrar
643 isso aí porque eu acho uma grande incoerência isso aí nos dá uma migalha
644 sendo que o bolo grande vai lá pra onde se consome e nós ficamos aqui com
645 todos os passivos que uma hidrelétrica dessa gera que não são pequenas. **Aldo**
646 **Azevedo** (Secretário Executivo) nós quando levantamos essa questão, mas tem
647 o Conselho da Secretaria da Fazenda que pode até explicar isso melhor na

648 época foi dito que teria que mudar a legislação fiscal do país porque também na
 649 geração a fonte de participação do estado do município é mais pelo IPI e repassa
 650 também a geração da produção de combustível aí fizeram a conta se nós formos
 651 olhar por esse lado e mudar a legislação como um todo acho que a gente
 652 perderia o repasse desse IPI de geração de combustível que é muito maior, é
 653 dez vezes mais do que o da geração de energia então esse balanceamento
 654 alguém da Fazenda por favor poderia explicar. **Leandro Roeder** (SEFAZ), eu
 655 sou da Secretaria da Fazenda, mas infelizmente a minha suplente a Linda não
 656 está presente eu da gerência de zoneamento então essa parte Fazendária eu
 657 realmente não saberia explicar, desculpa. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
 658 mas a justificativa deles é essa realmente quando for fazer a conta falou aí vai
 659 penalizar não só o Tocantins mas todos os Estados e o município que não tem
 660 produção de combustível, de petróleo, que não tem refinaria de petróleo que
 661 dizem que todo imposto gerado na refinaria de petróleo que lá na Bacia de
 662 Campos, não sei mais onde aí do Nordeste é redistribuída para todo país aí esse
 663 é o argumento que a geração de energia se for taxar na geração e não no
 664 consumo penalizaria a maioria do país hoje então não dá para mudar isso aí é
 665 argumento deles do pessoal da área Fazendária. **João Farcena** (SEINF) mas
 666 quantos estados que não tem nem hidrelétrica, nós temos quantas? Então eu
 667 não acho que não está correto. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mas é isso
 668 aí, o argumento deles é esse, que tem um número muito grande de município
 669 que não tem produção de petróleo e o dinheiro é distribuído da produção de
 670 petróleo lá da Bacia de Campos por exemplo para todo país né. **João Farcena**
 671 (SEINF) sim, mas nós não temos mar né. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
 672 sim, mas é isso aí, teria que mudar a legislação para aumentar o imposto aqui
 673 na geração de energia teria também que aumentar o imposto lá pra produção de
 674 petróleo e não para o consumo aqui né aí essa a política fazendária não pode
 675 fazer só atender só 1 item, atender só o Tocantins, ela é nacional, quando faz,
 676 faz uma política para atender todo mundo então tem esse balanço aí que eles
 677 dizem que não seria a solução aí e traria um problema maior para o resto do
 678 país. **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) a minha
 679 sugestão é que isso entre na pauta para debate no ano que vem que esse
 680 Conselho possa se debruçar sobre esse tema especificamente porque assim a
 681 gente vê o momento em que nos é cobrado e aí não é só a região Sudeste é o
 682 mundo que nos cobra a preservação dessa região, mas ao mesmo tempo as
 683 contrapartidas pra manutenção e conservação disso elas não são efetivamente
 684 realizadas é evidente que a gente precisa encontrar uma caminho que a ponte
 685 pra isso o estado tem tido algumas iniciativas acho que a gente precisa
 686 aprofundar um pouco mais esse debate é importante inclusive envolver os outros
 687 estados que tem que estão na bacia do Tocantins Araguaia porque nós vivemos
 688 aqui nesse episódio o que o São Francisco por exemplo vive a muito tempo o
 689 grande conflito do uso da água de São Francisco é justamente esse é o setor
 690 elétrico que dita as regras daquilo que dos seus reservatórios independente das
 691 consequências pra irrigação no caso deles lá até para abastecimento humano e
 692 aqui a gente viu isso acontecer a gente vai pedir para o NATURATINS, o
 693 NATURATINS vai cobrar a INVESTCO e a INVESTCO vai dizer que tem uma lei
 694 e me mandaram fazer eu fiz, só não comuniquei vocês então no máximo por ter
 695 uma advertência por não ter mandado uma comunicação a tempo, é mas isso
 696 não resolve não ataca a causa do nosso problema então eu acho que a gente
 697 precisaria se debruçar nesse debate e se for o caso envolver a bancada federal

698 do congresso para que possa discutir essa situação porque mesmo as iniciativas
 699 só do Estado como o RED+ e com outras iniciativas de pagamentos por serviços
 700 ambientais eu acho que nesse caso específico seriam insuficientes e aí é
 701 importante que a gente chegue no cerne da questão, o operador nacional do
 702 sistema ele é um Conselho acima de tudo e de todos então eu até falo de
 703 envolver o Congresso de repente uma moção alguma coisa que a gente pudesse
 704 falar porque envolve isso, o modelo de gestão do setor elétrico que hoje pra esse
 705 período de mudanças climáticas talvez ele não seja mais o adequado como você
 706 mesmo falou, o impacto ambiental jusante a gente não tem nem ideia de como
 707 mensurar isso. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) ok, vamos fazer essa
 708 moção achar uma maneira mais técnica de fazer um documento que seja ouvida
 709 né. **Alex Matos** (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil) é só para
 710 complementar a fala do colega e a gente está tendo vários problemas com
 711 relação às barragens em si aqui no Tocantins e essa alerta tem que ser feito
 712 porque não sei se as senhoras e os senhores lembram que em junho teve uma
 713 Fake News de que a barragem de Lajeado iria estourar e teve um problema
 714 terrível lá em Tocantínia, teve gente que saiu desesperado, subiu em árvores,
 715 subiu a serra e teve um problema terrível e a gente já vem trabalhando essa
 716 questão desde novembro do ano passado e aí aflorou um pouco mais depois de
 717 Brumadinho e aí o prejuízo que o estado fica com esse passivo ambiental e
 718 acaba acontecendo um passivo social pelo uso do recurso hídrico, a gente está
 719 trabalhando com todos os empreendimentos desde o Estreito até São Salvador
 720 a questão do plano de contingências acaba até voltando sempre ao mesmo
 721 ponto que o colega do Comitê de Bacias colocou mais para fortalecer a fala do
 722 colega pra poder estar discutindo essa questão do uso dos reservatórios e o que
 723 ele causa o que ele produz para a sociedade como um todo não somente a
 724 questão hídrica mas o hídrico que acaba gerando outros problemas e aí esse
 725 problema que foi relatado no dia 23, 24 de repente toda a alteração que tem com
 726 relação da influência dos lagos, das usinas, é informada pra gente e nesse dia
 727 não foi informada a gente de repente verificou lá que tinha alguma coisa errada
 728 e não foi passado pra gente, nem relatado, nem mencionado e a gente foi em
 729 cima da INVESTCO e ela disse que a ONS mandou e que se eles não fizessem
 730 estariam descumprindo uma ordem e poderiam ser penalizados, foi isso, só para
 731 completar as falas dos colegas, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
 732 obrigado pela colaboração. **Estela Maris** (AHITAR) eu vejo falar muito aqui a
 733 gente está desde o início da questão energética e da questão de preservação
 734 ambiental e a questão do transporte? Porque o transporte ele também concorre
 735 na exploração de recursos hídricos essa questão ela é vista, ela é analisada
 736 como essa questão é dentro do Estado, por exemplo, a questão da hidrovía
 737 porque uma situação como essa que houve lá em Pedro Afonso no caso a
 738 hidrovía também teria sido prejudicada caso a hidrovía estivesse implantada.
 739 **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, isso é muito importante acho que cada
 740 uso tem esse documento, nós teríamos que fazer um documento robusto para
 741 cada tipo de uso né fazer realmente ter sua contribuição ter o seu considerando
 742 lá pra gente fazer essa moção nós temos que unir todo mundo o Conselho é bem
 743 representativo de todos os usuários de água aqui está bem representado né e
 744 tem todas as instâncias aqui de governo também representada pra que a gente
 745 faça um documento importante ter essa contribuição eu não sabia dizer da
 746 hidrovía eu sei que tem um problema sério a muito tempo e começou lá com
 747 Pedro Alves Lourenço agora conseguiram a verba lá com assinatura da Kátia

748 Abreu acho que conseguiu uma verba lá pra derrocamento mas tem um
 749 problema da reclusa aqui em Lajeado acho que da reclusa está paralisado esse
 750 processo e as vezes você teria mais condições de explicar isso pra nós do que
 751 a gente explicar como está esse processo aí da reclusa. **Estela Maris** (AHITAR)
 752 reclusa não é a única opção, tem outras opções que podem ser feitas, mas eu
 753 queria entender se dentro do Estado há algum movimento para essa questão do
 754 transporte, se há alguma pressão, cobrança, eu realmente não sei a nível
 755 estadual. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, eu acho que a nível
 756 estadual, o que a gente fala muito, hoje tem vários representantes do governo
 757 aqui inclusive da Indústria também que é esse multimodal de transporte que a
 758 gente vende essa ideia aí fora inclusive como sendo um atrativo de investimento
 759 pra o Estado, mas essa questão da hidrovía também é federal a gente não tem
 760 muito não tem feito muita coisa a não ser o governo do Estado com seus
 761 deputados conseguir uma verba aqui outra ali é tal e tem essa ideia de que essa
 762 logística de transporte realmente multimodal do estado é um atrativo para os
 763 investimentos agora tem andado aí a passos muito lentos realmente o governo
 764 tem se empenhado bastante com todos seus órgãos e as secretarias mas o
 765 poder de decisão está além acima da pressão de estado eu acho que mais é
 766 isso temos visto avançar muito aí a ferrovia norte-sul, a duplicação da Belém-
 767 Brasília, da BR 153 mas a hidrovía do Tocantins Araguaia está em stand-by a
 768 algum tempo realmente infelizmente é essa realidade nas estruturas de governo
 769 de estado que a gente faz parte aí não tem nenhuma novidade assim alguma
 770 coisa que possa alavancar apesar de que a gente vê que o atual Presidente está
 771 dando agora um impacto muito grande no setor de infraestrutura a gente vê a
 772 BR 163 aquela Cuiabá-Santarém sendo asfaltada a gente vê a Transamazônica
 773 agora sendo asfaltada e estava praticamente interdita quem sabe agora não
 774 é hora de chegar lá e alavancar essa hidrovía Tocantins-Araguaia com esse
 775 modal de transporte pois é a 163 já asfaltou né é impressionante vivia um atoleiro
 776 só, não sei quantos quilômetros lá os caminhões de soja atolado 40 anos agora
 777 a Transamazônica também estão asfaltando, um grande avanço então acho que
 778 a hidrovía é hora a ferrovia também já licitou esse trecho de Gurupi até São Paulo
 779 já está licitada eu acho que está tendo um avanço muito grande nesse primeiro
 780 ano de governo federal então eu acho que é hora da gente começar também a
 781 pensar nos nossos problemas aqui em tese que são obras que dependem do
 782 incentivo do governo federal, já tem aquela ideia da trans bananal em Gurupi nós
 783 estivemos lá tem pouco tempo já estão fazendo um estudo, um termo de
 784 referência pra ver de que maneira vai ligar a BR 242 de Formoso até São Felix
 785 do Araguaia são 80 quilômetros ali já tem vários projetos lá que vão fazer uma
 786 estrada parque e tal e já tem recurso pra fazer esse trecho de referência lá no dia
 787 a senadora Kátia Abreu já assinou o compromisso que está assinado um termo
 788 de referência para que tipo de estrada vai fazer na ilha do bananal para fazer
 789 essa interligação desses 2 estados o Mato Grosso e o Tocantins ligando ao
 790 Nordeste né, a 242. **Vilmar** (SICS) eu quero dar duas contribuições a discussão
 791 da questão do órgão regulador nacional a ONS sistema de geração e a
 792 discussão que o colega colocou para nós pautarmos e levamos ao Congresso
 793 Nacional só pra lembrar há uns 10 anos atrás de 2008 pra cá a questão dos rios
 794 Madeira Tapajós Xingu despertou essa discussão inclusive com uma força
 795 internacional a respeito em se contrapunha a construção das grandes
 796 hidrelétricas na região Amazônica brasileira lógico que tem interesses talvez não
 797 muito republicanos e nem nacionalistas mas houve a discussão e o Congresso

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several initials below it.]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.]

798 Nacional discutiu isso de uma forma bastante avançada pra época 10 anos
 799 depois naturalmente que já tem outros elementos que possam ser colocados
 800 mas é dizer o seguinte, que o equilíbrio naquela época que foi o que mais
 801 ressaltou ficou mais evidenciado foi a questão dos estados geradores produtores
 802 de combustíveis para o país e que o ICMS é gerado em cada um dos municípios
 803 e tem uma repartição pra cada um dos estados de uma forma sem compensação
 804 o argumento dos estados produtores é que é sem compensação e na verdade
 805 não é sem compensação eles tem vantagens bastante expressivas financeiras
 806 do ponto de vista da distribuição dos recursos a nível nacional, mas o recurso
 807 que é gerado em cada uma das regiões e aí uma região de baixa densidade
 808 demográfica é altamente prejudicada porque o consumo é pouco e a geração é
 809 pouca né, a geração de recursos é pouca e aí nós temos por outro lado essa
 810 questão, nós geramos energia assim como os Estados do Amazonas os Estados
 811 de Rondônia e Pará principalmente né as maiores hidrelétricas e essa discussão
 812 ela já tem bastante caminho andado então eu acho que talvez a gente precise
 813 de se aprofundar um pouco mais, criar novos argumentos que nós estamos
 814 pensando nesse momento são argumentos que já bastante debatidos, talvez já
 815 estejam superados nós precisamos de compreender a coisa sobre uma nova
 816 ótica esse ponto de vista que ele colocou uma nova cobrança do mundo a
 817 respeito da preservação da região do serrado, das regiões amazônica que são
 818 realmente novas visões que precisam ser colocadas em pauta e por outro lado
 819 eu queria lembrar também que essa diferença de recursos que em tese a gente
 820 acaba perdendo o combustível é realmente aquele número que você citou é
 821 muito mais do que 10 vezes né então mesmo para as regiões pobres e de baixa
 822 densidade demográfica a perda do recurso originário do sistema de distribuição
 823 de combustíveis é muito maior do que está hoje é lógico, que isso não impede
 824 que possamos requerer compensações ou requerer um direito de respeito pra
 825 questão do operador nacional dos sistemas de que os impactos de que ela vai
 826 gerar aqui ela tem que programar isso melhor não de uma forma que talvez dizer
 827 por exemplo que seja só Lajeado que resolva um problema de uma queda de
 828 produção de energia de uma outra região, não seria isso né, naturalmente que
 829 daria pra distribuir um pouco pra Lajeado, um pouco pra Estreito, um pouco pra
 830 peixe, um pouco pra Serra da mesa, e por aí dá pra pensar né as Usinas do Pará
 831 né quer dizer ou uma distribuição mais justa não causa impacto do tamanho que
 832 foi causado naquele dia então quer dizer, tem opções, tem maneiras de ser
 833 resolvido o problema e não se causar tanto impacto e tantos prejuízos sociais e
 834 ambientais como foi causado por esse episódio. **Aldo Azevedo** (Secretário
 835 Executivo) muito bem colocado seu ponto de vista. **Rodrigo** (CREA) para ser
 836 bem breve, só diante de tudo que foi dito, eu proponho que o Conselho faça uma
 837 convocação pra INVESTCO para explicar o que aconteceu, é fato que ela
 838 recebeu uma ordem da ONS mas o que de fato foi executado pra gerar essa
 839 consequência, a execução foi igual a ordem? E também que o Conselho
 840 provoque o NATURATINS para verificar o que tem sido feito para fiscalizar os
 841 impactos ambientais causados eu acho que esses dois encaminhamentos já
 842 resolveriam a priori essa situação e ano que vem discutia mais afincio essas
 843 outras questões. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, eu acho que convocar
 844 a INVESTCO o que ela vai dizer o seguinte, ela trazer a portaria emitida pela
 845 ONS e dizer que o problema não é nosso nós estamos aqui cumprindo ordem
 846 né o operador nacional de sistema que monopoliza todo sistema de operação da
 847 Usina eu acho que tem que ser a ONS agora a ONS é complicado eles que tem

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Aldo', 'Rodrigo', and others.]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]

848 que ver vocês avaliaram o tamanho do impacto ambiental que causou uma
 849 portaria dessa de vocês? Porque a INVESTCO ela está tranquila, ela está
 850 coberta pela determinação da ONS está cumprindo determinação da ONS.
 851 **Rodrigo** (CREA) mas ela executou o que foi solicitado a dúvida é essa, se ela
 852 executou. A ANA está acima de tudo? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) sim,
 853 ela está. **Rodrigo** (CREA) então tem que ser com ela. **Aldo Azevedo** (Secretário
 854 Executivo) vai ter uma reunião dia 17 inclusive se vocês puderem participar por
 855 videoconferência é da Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins nós levantamos
 856 na reunião anterior aí a INVESTCO não estava presente na reunião aí eles iam
 857 chamar a INVESTCO para explicar esse problema aqui, mas o que vão dizer é
 858 isso ela vai dizer que cumpriu uma determinação vai comprovar e a ONS vai
 859 dizer que foi determinado por causa de um problema que teve aqui no sistema e
 860 aí tem que ver quem está acima da ONS, se é a ANA que outorga isso aí e tal, é
 861 uma cadeia mas não podemos ficar calado a gente tem que fazer essa
 862 argumentação e dizer que alguém está vendo isso aí que alguém está
 863 percebendo não é assim como vem acontecendo em anos anteriores né esse
 864 Conselho é para isso. **Conselheiro não identificado** mas se tu gerou algo
 865 ambiental independente de quem mandou, acho que temos que ver a
 866 consequência acho que é essa a linha jurídica que você tem que estar utilizando,
 867 não é porque ele mandou, olha o impacto que deu, é um crime. **Antônio** (BRK)
 868 eu acho que a gente podia também envolver toda a nossa assessoria jurídica
 869 para ver o que a gente pode fazer, dar um melhor entendimento e também um
 870 encaminhamento porque se houve uma decisão e uma situação que provocou
 871 um impacto, é lógico tem que avaliar o tamanho do impacto e o que esse impacto
 872 ambiental causou se você pegar a lei de crimes ambientais ela fala claramente
 873 independente da situação que ocorreu eu acho que a gente tem que se embasar
 874 bem concordo com todos os colegas pra gente se embasar bem pra saber, isso
 875 daqui beleza, teve essa situação, e agora? Como é que a gente vai fazer? Se foi
 876 comprovado, se foi diagnosticado essa situação, eu concordo que a gente
 877 precisa de um apoio do NATURATINS para ele poder nos dizer pelo menos tudo
 878 que foi feito de levantamento qual foi o tamanho desse impacto com esse
 879 impacto baseado com assessoria jurídica, de todas as coisas que poderiam
 880 acontecer o que que a gente pode fazer em cima disso, a moção é o melhor
 881 documento? O que a gente pode fazer? Essas seriam as grandes discussões.
 882 **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) só pra
 883 corroborar com o colega do CREA aqui eu acho inclusive um chamamento
 884 também do NATURATINS a gente tem visto durante esse período que está
 885 nesse Conselho eles de certa maneira deixando esse Conselho desassistido, o
 886 Vice - Presidente do Conselho é do NATURATINS então se o presidente não
 887 está, o vice deveria estar aí do seu lado ajudando a gente aqui né de repente
 888 não precisaria estar esse debate todo teria essa informação né então acho que
 889 o convite a INVESTCO a apresentar as informações e a convocação do
 890 NATURATINS pra que isso seja esclarecido pra nós e só fechando o argumento,
 891 na reunião da Sala de Crise o que a ONS quis, que descobriu aqui um fórmula
 892 mágica que abre as compostas em Serra da Mesa que é o grande reservatório
 893 regulador você sai produzindo energia até Tucuruí então estamos longe de
 894 chegar no final disso aí porque é a saída fácil que a ONS tem que produzir
 895 energia se eles já fizeram isso aqui a agente pode imaginar que outras coisas
 896 pode vir acontecer porque quando a gente questionou no dia da reunião a
 897 resposta da ONS é o seguinte, houve uma emergência elétrica, tipo, eles não

que
que
pret

x

R P

n

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

898 deram muita satisfação pra nós, e tipo, a INVESTCO não está aqui na reunião,
 899 não interessa se ela estava ou não, ela cumpriu ordem, ela iria estar lá pra que?
 900 Pra dizer para ONS que cumpriu ordem né, então eu acho que a gente precisa
 901 estar atento a isso e uma outra alternativa é claro, que fica mais caro pra eles é
 902 acionar a cisterna elétrica quando tem essa situação emergencial agora nesse
 903 sistema que eles estão fazendo aí eles estão redistribuindo os prejuízos porque
 904 agora o pessoal usa a nossa energia que é produzida nesse período e daqui a
 905 pouco vem a bandeira vermelha redistribuída para todos nós então a gente tem
 906 água e tudo mais, produz energia mas tem que estar pagando o reforço então é
 907 assim, é um debate mais complexo eu estou só querendo reforçar que nós
 908 precisamos nos posicionar, é só isso. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mais
 909 alguma colocação? Então vamos fazer isso, nós podemos reunir a Secretaria
 910 Executiva desse Conselho pega todas as propostas a gente senta, tem a Câmara
 911 Técnica de Assuntos Jurídicos né, fazer uma reunião pra debater isso aí
 912 realmente né vamos debater e vamos ver que documento pode fazer e o mais
 913 rápido possível pra ver pra quem vamos encaminhar tem que ser pra ANA que
 914 é o responsável pela gestão do rio a nível federal de água. Agora vamos voltar
 915 um pouco aqui. Essa outra ação 30.23 planejamento de planos e programas
 916 esse orçamento aqui que é para o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Santo
 917 Antônio Santa Tereza nós criamos o Comitê de Bacias do Rio Santo Antônio
 918 Santa Tereza e temos que elaborar o seu Plano de Bacia, o Comitê sem plano
 919 é um Comitê desvestido né, nós temos que dar esse amparo legal o Comitê só
 920 consegue recurso hoje federal e até estadual hoje se ele tiver um Plano de Bacia
 921 elaboradora pra priorizar as ações um prognóstico para onde esse Comitê
 922 caminha está no Plano de Bacia então recurso possivelmente a gente vai colocar
 923 aí 500.000,00 para 3 anos vai ficar no mínimo 1 milhão e meio aí esse plano,
 924 cada ano 500.000,00 para o orçamento deles, elaboração desse plano e essa
 925 terceira ação parece que terceira e última, a quarta instrumento da política né
 926 participação com a FAPTO para monitoramento da qualidade da água esse aqui
 927 é muito importante hoje não adianta eu dizer que tenho água em abundância
 928 igual a gente vê São Paulo hoje Tietê passa no Centro de São Paulo e não tem
 929 qualidade então quando a gente fala, vamos ver a qualidade da água, todo
 930 mundo fala, a qualidade da água do Rio Tocantins é água muito limpa pra que
 931 essa preocupação tem que começar agora algumas pesquisa alguma nota de
 932 imprensa aí até nacionais nós temos algumas contaminações então esse projeto
 933 ele já existe, está paralisado, ficou paralisado esse ano mas nós já temos uma
 934 previsão orçamentária para o ano que vem pra reativar, a qualidade da água é
 935 importantíssima não adianta ter quantidade e não ter qualidade a gente tem que
 936 ter esses dados aí pra ter uma certa transparência até nosso sistema estadual
 937 de informações nacional sobre recursos hídricos que é instrumento da política
 938 ter isso quando abrir a página da SEMARH qual o rio, rio tal, rio Formoso ter
 939 tantas vazão e a qualidade da água X o PH dele está bom ou ruim e acompanhar
 940 isso ao longo dos anos então estamos hoje muito bem de monitoramento de
 941 quantidade nós temos hoje 42 estações agora em qualidade nós já estamos
 942 passando a partir do próximo ano nós já vamos estar lá nós já temos esse ano
 943 50 estações de qualidade de água e o ano que vem a nossa meta é expandir já
 944 está definida para 65 pontes então praticamente em 2020 nós vamos ter todas
 945 as sub bacias do estado do Tocantins com monitoramento de quantidade e de
 946 qualidade de água e talvez em 2023 todas elas na nascente e na foz do rio, me
 947 diz o que está entrando na bacia e saindo da bacia, que água que está entrando

948 e que água está entregando lá no final então vai ser um avanço muito grande
 949 até porque isso é um indicador do nosso IPPA nós colocamos lá que 2023 nós
 950 temos que ter todas as bacias hidrográficas o nosso monitoramento de
 951 quantidade e qualidade que esse é um dos princípios da nossa política estadual
 952 de recursos hídricos oferecer água em quantidade e qualidade para diversos
 953 usos, depois se chegar alguém aqui e alguma dúvida tem alguma bacia que
 954 ainda não está com o sistema ainda todo implantado em 2023 nosso PPA nós
 955 temos 100% das bacias monitoradas em quantidade e qualidade então uma
 956 certa segurança para os investimentos os para os empreendimentos que estão
 957 e até pra gente planejar as políticas ao longo prazo porque hoje a gente sabe
 958 que a qualidade da água ela é muito importante igual quando a gente vai eu
 959 sempre comento ai você vai ao médico a primeira coisa ele olha e aparentemente
 960 diz que você tem isso, mas ele pede o exame de sangue no exame de sangue
 961 ele sabe que tipo de infecção você tem o que você tem, a mesma coisa um rio,
 962 uma bacia, quando eu vejo a qualidade de água da bacia eu sei que tipo de uso
 963 está tendo naquela bacia se o índice está com muito fósfil, estrogênio, potássio
 964 é agricultura, se é com material orgânica, é uso as vezes de dejetos de indústria
 965 tal, química então eu sei pela água do rio, pela análise da água do rio, não
 966 precisa andar em toda bacia, eu sei que tipo de contaminação, que tipo de
 967 antropização tem naquela bacia e é muito mais fácil eu tomar alguma decisão
 968 alguma posição mais localizada não preciso andar em toda bacia então se a
 969 contaminação de material orgânica lá na BRK, o BRK eu estou aqui com
 970 problema ou na ATS né porque a BBO está muito alta aqui se é nitrogênio, fósfil,
 971 potássio, o que que é, é agricultura, o agricultura tem algo com problema aqui
 972 olha o índice e isso tem que ser acompanhado ao longo do ano isso não é da
 973 noite para o dia que se vai detectar isso mas tem que começar a fazer essas
 974 coisas agora para daqui a 5, 6 anos a gente tenha realmente uma série histórica
 975 muito boa e tenha uma radiografia do estado de como está a nossa, nós
 976 sabemos hoje o eixo do desenvolvimento do país hoje está deslocando os
 977 grandes centros para o interior e um grande avanço realmente é na qualidade
 978 de água até a indústria está saindo hoje da capital porque não consegue água é
 979 muito caro né Antônio, você que é mais da área sabe disso é muito caro fazer
 980 um tratamento de água os caras estão procurando alguma região que tem a água
 981 mais limpa para instalar suas indústrias, já tem um estudo que prova isso, né
 982 Fernando, você sabe já tem deslocamento de grandes centros para o interior
 983 justamente por isso, por causa da qualidade da água que é melhor então esse é
 984 um projeto também muito bom uma pena que ele paralisou agora em 2019 por
 985 causa de contingenciamento mas agora em 2020 vai reativá-lo e ampliar nós
 986 temos um programa federal e esse é o nosso programa estadual né nós temos
 987 hoje a qualidade de água que é financiada pela ANA esse aqui é o nosso
 988 estadual tem também o nosso do estado que as vezes o nacional ele prioriza
 989 mais os federais nós temos que ter também os estaduais, então fechando o
 990 orçamento desse ano como eu disse já tivemos ano que nós tínhamos 9 milhões
 991 e caiu para 3.100.000,00 o nosso orçamento do fundo realmente é uma queda
 992 bem acentuada está complicada a situação aí fazer gestão de recurso hídrico
 993 com esse recurso mas é isso ai, essa é a proposta. **Vilmar** (SIC) voltando na
 994 primeira ação, obras e instalações né, a pergunta é só o seguinte, como é o
 995 processo de execução de obras e instalações da SEMARH? Contratação direta
 996 através da Secretaria de Infraestrutura como que são esses processos de
 997 execução? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é muito boa a pergunta, esse

Handwritten signatures and initials on the right margin:
 - A large signature at the top right.
 - A signature below it.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.
 - A signature below that.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
 - A signature on the left.
 - A signature in the middle-left.
 - A signature in the middle-right.
 - A signature on the right.
 - The date "20/40" in the bottom right corner.
 - A signature below the date.

998 é um processo que é feito pela SEINF o contrato que nós temos vigente hoje de
 999 Barraginha foi feito pela SEINF a gente faz um termo de referência, um projeto
 1000 básico né, e repassa pra SEINF que faz a licitação e contrata a empresa em
 1001 licitação normal de empresa privada, não tem negócio de convênio, de parceria,
 1002 é contratação de empresa realmente é uma empresa de construção civil que está
 1003 contratada. Mais alguma observação? Está em votação o nosso plano quem for
 1004 a favor levante o crachá por favor. 19 votos a favor. Quem é contra? Ninguém.
 1005 Abstenção? Ninguém. Então aprovada com 19 votos. Agora a próxima proposta
 1006 de resolução é o nosso calendário, a gente sempre aprova o calendário na última
 1007 reunião do exercício em curso para o exercício seguinte, a proposta nossa é que
 1008 as reuniões sejam sempre na quarta-feira porque geralmente segunda e sexta-
 1009 feira sempre tem algum problema, alguém viaja, e quarta-feira é um dia bom nós
 1010 tínhamos ai o pedido da Assembleia para não colocar na quarta-feira, mas a
 1011 Assembleia agora saiu do Conselho não está mais eu acho que esse dia de
 1012 quarta-feira é um dia bom. A do COEMA é uma semana depois é de quinta para
 1013 não sobrecarregar porque tem muito Conselheiro aqui que é do COEMA. Então
 1014 essa é a nossa proposta, alguém tem alguma observação a fazer? Se não a
 1015 gente coloca em votação. Colocado em votação. Quem é a favor? 19 votos a
 1016 favor. Quem é contra? Ninguém. Abstenção? Ninguém. Então aprovada por 19
 1017 votos. Agora o item 7 que é o informe da Secretaria, já aproveitando que foi uma
 1018 demanda atual para que a gente faça essa moção eu queria o apoio de vocês
 1019 para gente marcar não sei se a gente consegue marcar ainda para esse ano uma
 1020 reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos? Acho que dezembro já não
 1021 dá, em janeiro? Acho que Janeiro todo mundo entra de férias nossa primeira
 1022 reunião é em março, a previsão é 11 de março para que em fevereiro a gente
 1023 faça essa moção pra submeter aos órgãos competentes que vai analisar
 1024 direitinho pra quem que seja realmente encaminhado isso ai é importante que
 1025 esse Conselho realmente se manifeste quanto a essa questão do Rio Tocantins
 1026 ela é muito importante e tem uma coisa muito importante que não foi muito
 1027 debatida na audiência pública não até não quis entrar em detalhe para não
 1028 inflamar mais é a criação de Comitê da Bacia Tocantins Araguaia sem o Comitê
 1029 de Bacia a gente fica falando aqui para as paredes, o Comitê é o parque de
 1030 discussão que realmente todas essas questões inclusive de exigir o
 1031 cumprimento do plano de uso múltiplo do lago que foi o objeto da reunião que
 1032 teve lá na Assembleia, o Comitê da Bacia Tocantins Araguaia já temos o plano
 1033 da Bacia Tocantins Araguaia, não temos o Comitê, as vezes confunde um pouco
 1034 Comitê do Lago de Palmas, o nome ficou muito confuso, a maioria entendeu que
 1035 aquele Comitê era do Lago, que tinha a jurisprudência tratada de alguma coisa
 1036 do Lago não, o Comitê da Bacia Tocantins Araguaia é o Comitê Federal, Comitê
 1037 Lago de Palmas é um Comitê da sub bacia que drena para o Lago de Palmas,
 1038 mas o Lago de Palmas é um lago federal nós temos que ter o Comitê de Bacia
 1039 Tocantins Araguaia que nós não assistimos muito, Brasília não está nem ai para
 1040 o Comitê de Bacia Tocantins Araguaia que eles estão na nascente, as vezes só
 1041 poluindo e a gente que só o Tocantins é o Estado que tem 100% da sua área na
 1042 Bacia Tocantins Araguaia, o Pará já está lá mais embaixo também, Mato Grosso
 1043 não está muito nem ai porque mais só Araguaia, Goiás não quer nem saber ainda
 1044 mais o rio deles é o Araguaia e o Estado do Tocantins acho que tem que levantar
 1045 essa bandeira somos nós aqui viu Davis, com os Comitês de Bacias Estaduais
 1046 na criação do Comitê de Bacia Tocantins Araguaia já teve algumas reuniões lá
 1047 no Maranhão eu fui uma época lá em uma reunião mas é um negócio meio sem

J. M.
 J. M.
 J. M.
 A.
 J.
 B. A.
 n

1048 fundamento, no Pará já teve uma reunião também para essa criação do Comitê
 1049 mas também muito vazia, se o Tocantins não levantar essa bandeira eu acho
 1050 que esse Comitê não será criado interessado na criação desse Comitê tenha
 1051 que ser nós mesmo né, acho que o mais interessado somos nós mesmo, agora
 1052 tem que alguém levantar a bandeira e assumir porque não adianta criar esse
 1053 Comitê se a presidência não ficar aqui no Estado não vai adiantar muita coisa
 1054 não, tem que levantar a ideia e a bandeira. **Davis** (Comitê de Bacias
 1055 Hidrográficas do Estado do Tocantins) só pra reforçar a importância dessa coisa
 1056 do Comitê da Bacia do Tocantins Araguaia, a gente discute aqui a gestão das
 1057 águas e acaba que nossa gestão de Bacias aqui ainda é incompleta né, a gente
 1058 ainda não implantou todos os instrumentos de gestão e esse é o caminho que a
 1059 gente vai precisar fazer no Tocantins Araguaia pelo que a gente está vendo aí
 1060 com a máxima urgência tendo em vista os conflitos inerentes a essas
 1061 mudanças climáticas aí então uma hora tem água outra não tem, as nossas
 1062 Usinas aqui todas praticamente fio d'água com isenção de peixe ali um pequeno
 1063 reservatório e é importante lembrar eu lembro muito da fala do ex-presidente da
 1064 ANA dizendo ó nós fizemos um balanço aqui o Brasil se fosse depender de
 1065 reservar água pra abastecimento os nossos índices é menor que os índices
 1066 africanos com relação a reservação de água então nessa perspectiva é preciso
 1067 que os Comitês estejam criados e implantados com seus devidos instrumentos,
 1068 o plano da bacia, os enquadramentos, as outorgas todas cadastradas, a
 1069 cobrança pelo uso do recurso hídrico que é o que vai garantir que a gestão plena
 1070 da bacia é isso e o nosso sistema de informações, então espero que o Formoso
 1071 consiga completar lá a tarefa de implantar a cobrança e o próximo a gente
 1072 discutir aqui a questão do Comitê da Bacia do Lago de Palmas pra que a gente
 1073 tenha essa gestão mais eficiente dessa bacia aqui porque hoje a gente tem
 1074 pouco, carece de algumas informações eu fiquei até aqui pensando viu Antônio
 1075 que em 2017 como teve a crise mais feia do Tocantins faltou água para
 1076 abastecer Imperatriz e eu fiquei pensando no caso de Palmas aqui com nosso
 1077 abastecimento ali no Taquaruçu que é uma bacia nossa no caso aqui prejudicada
 1078 se esse baixar de nível do nosso reservatório aqui não implicaria em alguma
 1079 coisa ali já que a característica ali na captação é de remanso do lago então fiquei
 1080 com essa preocupação, mas infelizmente não teve os dados da época com a
 1081 gestão implantada de maneira completa a gente vai poder ter melhor essas
 1082 informações e principalmente da transparência população é São Paulo hoje é a
 1083 região metropolitana se você quiser saber a vazão dos reservatórios é só baixar
 1084 um aplicativo e está lá pra todo mundo saber, então espero que a gente não
 1085 chegue nessa situação de precisar faltar realmente o recurso hídrico para que a
 1086 gente se movimente né. **Vilmar** (SIC) eu fiquei na dúvida se está nos informes
 1087 da secretaria ou da ANA. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, está nos
 1088 informes da secretaria executiva ainda. Nós temos inclusive, parece que
 1089 chegaram dois conselheiros que não foram diplomados aí o Davis e o Marcos da
 1090 ATS, vamos diplomar esses dois para ter mais validade nas nossas ações.
 1091 **Jamila** (SEMARH) da Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) o Marcos
 1092 Antônio da Silva Júnior e Davis Miranda de Souza do Comitê de Bacias
 1093 Hidrográficas do Estado do Tocantins. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) eu
 1094 só queria reforçar o convite para dia 17 às 10 horas tem a nossa reunião da Sala
 1095 de Crise nessa mesma sala via videoconferência de todos os atores
 1096 principalmente os setores de geração de energia, o pessoal da ONS, da ANA, o
 1097 operador nacional de sistema e a INVESTCO eles vão convocar ela para explicar

1098 alguma coisa pra gente ter um esclarecimento. **Vilmar** (SIC) essa é alguma
 1099 audiência pública? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, quando teve
 1100 aquele problema, aquele colapso em 2016, 2017, a Agência Nacional de Águas
 1101 criou essa Sala de Crise pra gente acompanhar a cada quinzena a situação
 1102 como é que está o reservatório porque tudo aqui depende da Serra da Mesa, ai
 1103 eles trazem o pessoal da SEMADEM que tem um diagnóstico de como está
 1104 chovendo e a previsão futura eles fazem apresentação e diz como está a
 1105 previsão de chuva pra região da bacia, de toda bacia e tem todos atores que
 1106 pega desde Imperatriz o pessoal de Imperatriz está com problema de
 1107 abastecimento, o pessoal da INVESTCO todo o setor energético e faz assim um
 1108 debate, uma mesa redonda, não é uma audiência pública é uma reunião da Sala
 1109 de Crise, essa Sala foi criada pela ANA e através de videoconferência a gente
 1110 reúne a cada 15 dias e a próxima reunião é agora dia 17 e tem espaço para
 1111 debater cada Estado é aberto, cada Estado tem a oportunidade de fazer as suas
 1112 observações. **Miguel** (Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A) eu só
 1113 gostaria que encaminhasse por e-mail esse convite no caso para replicar,
 1114 obrigado. **Farencena** (SEINF) acho que nós precisamos registrar aqui no nosso
 1115 Conselho a situação ocorrida nesse período seco na Bacia do Rio Formoso,
 1116 vocês devem ter assistido na mídia inclusive nacional a partir de 16 de agosto
 1117 até meados de outubro várias declarações do Ministério Público e só queria
 1118 deixar registrado que aquelas imagens que vocês viram elas são todas de 2016,
 1119 daquela crise que vieram capturar os botos, então isso precisa ser registrado
 1120 porque não é possível que em um mundo de hoje estar convivendo com esse
 1121 tipo de situação, a situação do rio nos pontos de bombeamento foram lá dia 30
 1122 de outubro houve uma vistoria geral com o juiz de Cristalândia observando a
 1123 situação do rio e não tinha nada daquilo que foi veiculado na mídia então acho
 1124 isso uma sacanagem, não é possível a gente conviver com esse tipo de situação
 1125 e o Ministério Público afirmando, Aldo, você que faz parte gostaria que você
 1126 fizesse uma consideração afirmando todo tempo que o bombeamento eram
 1127 ilegais então não tem condições da gente conviver mais com esse tipo de
 1128 situação porque não é possível o 4º poder estar instituído e ninguém fala nada e
 1129 todo mundo na cegueira seletiva, ninguém vê, é o 4º poder fui tentar, não só da
 1130 área jurídica mas fui tentar me inteirar, ninguém pode se aproximar do Ministério
 1131 Público, não é possível que a Constituição de 88 deixou essa situação de
 1132 vulnerabilidade todo mundo, a bacia mais monitorada do Brasil, todas as bombas
 1133 da bacia tem medidor de vazão que transmite em tempo real por telemetria passa
 1134 aqui pra Palmas e pra que isso serve? Só pra dar palestra fora do Brasil pra dizer
 1135 que a gestão de alto nível a bacia mais monitorada do Brasil porque são
 1136 denúncias e ações se não forem semanais são mensais então sinceramente eu
 1137 não sei o que tem por trás de tudo isso, mas preocupação ambiental não justifica
 1138 tudo isso porque todos os empreendimentos legalizados, todos com outorga,
 1139 todos com CAR, georreferenciamento, com tudo, todas as formalidades que
 1140 estão na legislação estão cumpridas, então são 94 bombas todas monitoradas
 1141 só que só serve pra ir vender lá fora a ideia da gestão de alto nível então não sei
 1142 o que tem de sombrio por trás disso tudo porque não é possível a gente conviver
 1143 com isso, é uma situação vergonhosa e tudo que você vê inclusive em cadeia
 1144 nacional no Bom dia Brasil início de outubro falando com as mesmas imagens o
 1145 que o pessoal pra PROESTE foi atrás, do JAIME CAMARA a não essa imagem
 1146 foi cedida por Gurupi pra reverter a situação você tem que pagar no horário nobre
 1147 no Jornal Nacional uma matéria ao custo de mercado pra dizer que aquilo não é

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin:
 - A large signature at the top right.
 - A signature below it.
 - A signature that looks like "Pres".
 - A signature that looks like "Rosaneide".
 - A signature that looks like "A".
 - A signature that looks like "R".
 - A signature that looks like "H".
 - A signature that looks like "n".

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page:
 - A signature on the left.
 - A signature in the middle.
 - A signature that looks like "Aldo".
 - A signature that looks like "B".
 - A signature on the right.
 - The number "23/40" is written near the bottom right signature.

1148 verdade então isso não é possível gente, essa situação de medo que está sendo
 1149 levantada pelos produtores, os empreendedores da região sinceramente o que
 1150 esperam pra várzea nós temos a maior várzea em potencial do mundo, ela tem
 1151 de 3 a 4 milhões de hectares tirando 2 milhões da ilha, sobra 1,4 milhões o
 1152 Estado tem em torno de 120.000 sistematizadas que podem ser feitas 2 se
 1153 tivesse água até 3 safras por ano, então do jeito que está ai da forma como está
 1154 indo, tem outros interesses de outros estados na questão da produção de
 1155 semente de soja que é o único local do Brasil que não precisa cumprir vazão
 1156 sanitário de julho, agosto e setembro sem soja em função da sobre irrigação que
 1157 não permite a produção por causa do vírus da ferrugem então isso ai está indo
 1158 com jeito lá fora o Mato Grosso já fala não a semente do Tocantins não presta
 1159 mais, porque o promotor que diz o dia que pode bombear, que dia pode começar
 1160 e terminar o bombeamento, o mês que precisa encher o grão não pode bombear
 1161 porque o promotor não deixa, isso eu vejo dito assim corrente no Mato Grosso e
 1162 Mato Grosso do Sul pelos sementeiros de lá então a PROSOJA Brasil está por
 1163 trás disso, então eu acho assim que é um assunto que tem que ser discutido aqui
 1164 no Comitê, porque o que que serviu? Em 1 ano a bacia foi toda regulamentada,
 1165 não existe nenhum caso, a ANA sabe disso, a ANA veio aqui porque não
 1166 acreditou nessa situação, gostaria que você mencionasse isso foi feito tudo,
 1167 todas essas condições foram feitas e pagas pelos produtores para que? É
 1168 insaciável, o Ministério Público é um saco sem fundo, não tem nada que consiga
 1169 com eles então a nível de Brasil eu acho que está não existe esse tipo de
 1170 situação, não existe uma condição semelhante no Rio Grande do Sul divisa com
 1171 Argentina, no rio Uruguai mas Goiânia que coordenou, gastaram 11anos para
 1172 regularizar essa questão de controle de vazão 100% pago pela União, aqui 100%
 1173 pago pelos produtores em 1 ano resolveu e continua todos os dias você vendo
 1174 ai na mídia essas declarações que sinceramente está difícil de conviver com
 1175 isso, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mais alguém quer fazer
 1176 alguma colocação? O Farenzena disse uma verdade começando por aquelas
 1177 elevatórias, quanto nós brigamos lá nas audiências públicas que já teve até a 7ª
 1178 audiência pública, foi difícil convencer o promotor e o juiz de que a reservação
 1179 de água no período que tem água da chuva pra usar no período que não tinha
 1180 água era uma medida assertiva a primeira medida dele era pra detonar o
 1181 reservatório, não pode barrar o rio, destruir, não pode, mas a primeira ação do
 1182 promotor era para destruir as bombas que não podia segurar água no Formoso
 1183 que estava acabando com o meio ambiente, sendo que é o contrário né, todo
 1184 mundo sabe e lembra desde a época da civilização que lá no Egito no rio Nilo
 1185 seguravam água e faziam suas derivações faziam massa batida de mão
 1186 para ir reservando a água na época da chuva para usar na época da seca, a
 1187 irrigação é isso ai, não tem como você ser diferente, e no Formoso agora chegou-
 1188 se a um termo comum que não tem que destruir as elevatórias, já estão querendo
 1189 construir mais, alguém lá do Formoso já quer fazer um lá em cima no Formoso,
 1190 duas, então já há um consentimento de que aquilo é viável é possível a saída é
 1191 por ai agora partir pra outro lado, de reserva legal, de não sei o que, realmente
 1192 uma luta incansável do sistema de produção lá do Formoso e a gente vê aquilo
 1193 ali e temos que tomar uma decisão aqui inclusive nesse Conselho, o professor
 1194 Jair estava na reunião do Comitê de Bacia fazendo 2 ofícios, já aprovou lá o
 1195 Comitê vai encaminhar para o Ministério Público e pro Judiciário, vamos ver a
 1196 reação deles com aqueles ofícios senão vai ter que trazer essa questão pra cá
 1197 para tomar uma deliberação de alto nível um nível mais superior mais alto que é

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the name 'Aldo Azevedo' and other illegible signatures.

1198 a instância mais superior para tentar resolver aqui, parece que já há um
 1199 entendimento do juiz de que o Comitê de Bacias tem que se manifestar e eles
 1200 vão rever alguma coisa algum parágrafo que está um pouco desnorteando a
 1201 finalidade do Ministério Público e o Ministério Público passou realmente a ser o
 1202 gestor das águas lá no Formoso até a data o dia de outorga o Ministério Público
 1203 é quem diz só é até o dia 31 de julho caso o produtor queira irrigar ele tem que
 1204 entrar com um pedido bem antes em maio dizendo que ele quer irrigar mais 15
 1205 dias, quer dizer, o Ministério Público não tem essa prerrogativa de fazer gestão
 1206 de água, ele tem as suas questões ambientais, ele pode propor uma ação, uma
 1207 fiscalização, mas não determinar e assinar lá na região do Formoso e são coisas
 1208 que acontecem lá e a gente fica assustado, o ENCOB quando chegamos já
 1209 estava assinado e uma coisa que nós achamos muito ruim na bacia foi uma briga
 1210 muito grande pra gente unir o Comitê de Bacias Lagoa e Formoso são dois polos
 1211 de irrigação e tinha uma rixa muito grande entre as 2 comunidades o Comitê de
 1212 Bacias foi um palco de união até conseguir munir todo mundo tomando decisões
 1213 e ali realmente unido todo mundo dizendo, não, é a bacia toda, é Formoso e
 1214 Lagoa, então todo mundo juntando, porque é a bacia né e não o município,
 1215 quando foi agora com esse TAC esqueceram Lagoa e fizeram só da irrigação de
 1216 Formoso, ou seja, desfez todo um trabalho de 2 anos, então aquilo foi um
 1217 retrocesso muito grande todo o avanço que nós tivemos ali naquela bacia do
 1218 Formoso, de toda negociação que teve, quer dizer, inspecionado pelo Ministério
 1219 Público, só o projeto do Formoso, deixou toda a bacia fora, quer dizer, foi muito
 1220 ruim, um retrocesso muito grande, para todo o trabalho e o desgaste que nós
 1221 tivemos ao longo desses 2 anos de judicialização naquela bacia passaram uma
 1222 borracha e zeraram tudo aquilo, isso é muito ruim mesmo e sem nenhum
 1223 comunicado ao Comitê, o Comitê não assinou nada, foi do Ministério Público o
 1224 projeto do Formoso com o distrito, vamos ver Farenzena como é que fica essa
 1225 repercussão da deliberação do Comitê de Bacia senão a gente traz aqui pra
 1226 discussão do Conselho a respeito disso aí, foi bem lembrado, temos que registrar
 1227 isso aqui. **Antônio** (BRK) no Conselho Estadual de Meio Ambiente vai começar
 1228 a discussão a respeito da Resolução do COEMA 07 e a revisão dele e é lógico
 1229 dentro do COEMA 07 existe algumas coisas referente a questão de águas eu
 1230 entendo que seria interessante uma vez a gente já tinha comentado isso eu não
 1231 sei se teve pra frente com relação a ter a Câmara nossa e a nossa Câmara
 1232 recomeçado a trabalhar também numa resolução pra poder casar com a
 1233 resolução do COEMA já que está previsto para o próximo ano estar fazendo isso
 1234 em razão de várias situações que a gente tem dentro do próprio COEMA 07 que
 1235 fala a respeito de recursos hídricos e que não foi feito pelo Conselho de recursos
 1236 hídricos não é? Eu acho que caberia a gente já também estar trabalhando dentro
 1237 disso aí para ano que vem assim que sair a resolução, a nova COEMA a gente
 1238 ter uma resolução do Conselho Estadual casando com as informações para
 1239 montar com as informações divergentes eu acho que seria interessante a gente
 1240 já pensar isso para o ano que vem. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) muito
 1241 bem colocado, nós temos a Câmara Técnica de outorga da água que quando
 1242 inclusive é o NATURATINS vamos retificar essa Câmara Técnica, Jamila anota
 1243 aí pra gente convocar o NATURATINS pra tomar essa posição que eles são os
 1244 maiores interessados e a Câmara Técnica eles são os coordenadores da
 1245 Câmara Técnica de Outorga e eles tem que estar. **Vilmar** (SIC) quero pedir
 1246 permissão para os colegas e trazer um pouco mais de informações a respeito da
 1247 hidrovias do Tocantins, inicialmente vale lembrar que, as hidrovias defendidas pra

1248 região centro norte do Brasil o eixo norte eles movimentam o plano do governo
 1249 federal do Tocantins ao Araguaia entretanto, pelos estudos que foram feitos a
 1250 nível federal e alguns estudos internacionais já alguns grupos econômicos
 1251 interessados em explorar o modal logístico de hidrovia verificaram que as
 1252 características dos rios são diferentes, é um rio novo, não é um rio antigo e que
 1253 num rio novo o custo operacional de uma hidrovia seria muito alto e quase que
 1254 inviável para os parâmetros atuais é realmente inviável entretanto o rio Tocantins
 1255 tem alguns facilitadores que estão sendo criados e que inclusive são
 1256 contemplados com projetos da década de 60, o caso das hidrelétricas, quando
 1257 é construído uma hidrelétrica, eleva-se o calado e a possibilidade da navegação
 1258 pra barcaças que é o tipo de transporte pra produtos de grande quantidade não
 1259 pra navegação turística, ou pra navegação de passageiros, mas para navegação
 1260 de transporte industrial ela é viável, a primeira demanda pra hidrovia do
 1261 Tocantins funcionar, o primeiro trecho lá até o norte do Estado quando foi criado
 1262 o projeto do praia norte é uma demanda do polo industrial de Manaus é uma
 1263 demanda do setor de 2 rodas que disse o seguinte, o custo operacional em razão
 1264 dos impactos ambientais pra operar na região de Belém é muito alto porque é
 1265 formado por questão de mangues e o impacto ambiental de um porto e o custo
 1266 pra licença ambiental pra manter esse porto num ambiente desse é caríssimo
 1267 então a sugestão que eles deram é que se tivesse um porto a margem do rio
 1268 Tocantins a partir da existência da eclusa lá de Tucuruí e também mesmo que
 1269 desse para operar só parte do ano já era viável com redução de custo de 37,5%
 1270 de ganho em competitividade, redução de custo em transporte, ganho de
 1271 competitividade no processo de sistema de transporte, então esta foi a primeira
 1272 demanda, depois da sinalização da existência do porto de praia norte surgiram
 1273 outras demandas por grupos nacionais e internacionais pra transporte de soja
 1274 saindo a partir do território dessas regiões Mato Grosso, Tocantins, Bahia, sul do
 1275 Piauí, sul do maranhão, e até mesmo do Pará e Mato Grosso, então ai surgiram
 1276 interesse então de 8 estados que demonstram e se tivermos a hidrovia tem um
 1277 modal que tem um poder de competitividade extremamente alto e eu acho que
 1278 vale a pena uma hora a gente fazer uma apresentação aqui pra mostrar pra
 1279 vocês números um pouco mais impactantes, mas de primeira noção dizer-se que
 1280 quando 1 tonelada por quilometro numa rodovia custa 8 unidades monetária e
 1281 essa unidade monetária qualquer que seja onde você quer comparar a nível
 1282 global, é um dado global, é cobrado esse valor pra se dizer que é viável né, o
 1283 caminhão só vai transportar isso na rodovia sendo viável dando lucro pra
 1284 transportadora, para as empresas de logística, essa mesma tonelada em 1
 1285 quilômetro na ferrovia se viabiliza ao custo de 4 unidades monetárias e na
 1286 hidrovia se viabiliza ao custo de 1 unidade monetária, então essa relação de
 1287 custo e competitividade ela determina instantaneamente que a hidrovia é
 1288 altamente viável, acontece que a ferrovia que nós temos operando para no norte
 1289 nos últimos 8 anos aqui no estado do Tocantins vem cobrando em torno de 92%
 1290 do custo do modal rodoviário se você disser que é 8 unidades monetárias, 9
 1291 vezes oito é 72, é mais de 7,20 centavos a tonelada por quilômetro comparada
 1292 em reais, alguma coisa assim, os dados usados em moeda real por quilômetro
 1293 na rodovia e na custa 7,20, poderia custar apenas 4 e estava viável o negócio é
 1294 viável dentro do ponto de equilíbrio previsto nos projetos que são projetos de
 1295 longo prazo no mínimo 25, 30 anos acontece que quando a ferrovia cobra esse
 1296 valor pra transportar com essa margem extra de lucratividade ela baixa o seu
 1297 ponto de equilíbrio para 1/3 do seu tempo então ao invés de 30 anos em 10 anos

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]

1298 a ferrovia se paga e aí então o negócio é altamente lucrativo em relação aos
 1299 projetos globais, nenhum projeto no mundo tem uma margem de lucro tão alta
 1300 quanto a ferrovia do Tocantins ou nessa região do Brasil, então esse é o
 1301 elemento eu uso essa comparação pra dizer que a hidrovia então, sendo viável
 1302 a partir de 1 unidade monetária ela tem uma margem de 300 e até 500% pra
 1303 determinar sua viabilidade isso com todos os investimentos imagina um
 1304 investimento de 7 a 8 bilhões de reais para viabilizar a hidrovia, isso fazendo
 1305 derrocamento, sinalização e balizamento em toda extensão e é lógico eu sou
 1306 defensor do modelo de desenvolvimento industrial do nosso estado mas eu
 1307 respeito a questão ambiental especialmente o arquipélago do tropeço lá em
 1308 Peixe dali pra rio acima ou dali pra baixo no sentido sul, eu não recomendo, o
 1309 arquipélago do tropeço é uma coisa que eu acho que seria intransponível para o
 1310 modal hidroviário, ali não se deve romper aquele processo, deve se manter, mas
 1311 de Peixe a Belém é uma extensão de 1.500 quilômetros que seria uma das
 1312 maiores hidrovias do país então isso um ambiente para essa região do Brasil,
 1313 podemos dizer assim, uma redenção em termo de grande competitividade pra
 1314 gente ganhar mercado para os nossos produtos e inclusive trazer produtos pra
 1315 nossa região saindo do eixo de recepção de produtos do sistema de Campinas
 1316 que é o grande hub aéreo nacional e o grande hub logístico nacional, então
 1317 criaríamos uma outra região um hub logístico em uma outra região do Brasil que
 1318 é a nossa tendência e apenas eu imagino que a gente estaria com essa
 1319 conscientização contemporânea desse processo porque isso vai se dar em 100,
 1320 200, 300, 500 anos isso vai se dar com certeza, mas que a nossa sociedade
 1321 contemporânea pudesse ser beneficiada por esse empreendimento, não é uma
 1322 coisa simples é um projeto que a gente precisaria de ter uma competência
 1323 política de sensibilizar todos os representantes do Congresso Nacional dessas
 1324 8 unidades federadas não são só elas, o estado do Maranhão também se
 1325 apresenta interessado nisso, o estado de Mato Grosso é um dos maiores
 1326 interessados, o Norte do Goiás tem ganhos com isso basta saber defender
 1327 também mas isso precisa de articulação política de grande competência dizer
 1328 também que o valor do investimento necessário tem sido demonstrado interesse
 1329 ao longo dos anos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e nas
 1330 missões internacionais que eu participei interesse de grupos principalmente os
 1331 grupos holandeses que tem o maior desenvolvimento na área em hidrovia do
 1332 mundo, tem grupos holandeses, mas tem grupos espanhóis, alemães que tem
 1333 interesse na operação desse modal, o que que falta pra se resolver a questão
 1334 de fazer concessão da hidrovia no Brasil, falta modelo de concessão de hidrovia
 1335 no Brasil, nós temos expertise e temos excelência no modelo de concessão
 1336 rodoviária no Brasil, então as empresas ganham dinheiro e colocam rodovia de
 1337 qualidade pra ser usada o modelo de ferrovia está passando por um processo
 1338 de transição, é um modelo que está em aperfeiçoamento, um processo de
 1339 terceirização, um processo de concessão, mas para modelo de hidrovia não tem
 1340 o modelo que atenda uma hidrovia da dimensão dessa e com as superações
 1341 necessárias para superar os desafios que essa então uma das questões é essa
 1342 e uma que a gente não pode permitir de jeito nenhum é que o modelo de
 1343 operação que se adote para transpor a eclusa de Tucuruí seja mudado para as
 1344 demais eclusas que são necessárias construir, então tem uma ideia por exemplo
 1345 que eu já ouvi falar é de que a passagem de uma barcaça digamos, de 8 metros
 1346 de largura em Tucuruí no rio Tocantins acima, Estreito, Lajeado e as outras
 1347 eclusas que pudessem existir no futuro, poderiam ser de 6, 4 metros, isso é uma

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
 - A large signature at the top.
 - The word "Brasil" written vertically.
 - The word "Tucuruí" written vertically.
 - A large "X" mark.
 - Several other illegible signatures and initials.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
 - A large signature on the left.
 - Several other illegible signatures and initials.
 - The number "27140" written in the bottom right corner.

1348 estupidez, um absurdo esse tipo de coisa não se pode pensar de forma
 1349 nenhuma, não se pode aceitar de forma nenhuma, isso é uma coisa que o
 1350 Conselho que tem responsabilidade com a questão do equilíbrio ambiental, mas
 1351 também social, e aí pode contribuir perfeitamente com a questão desse momento
 1352 regional que é o nosso papel. Secretaria de Indústria e Comércio tem essa
 1353 responsabilidade, desenvolvimento e apresentação dessas políticas de
 1354 desenvolvimento regional e a questão do modal logístico é um dos grandes
 1355 vetores de desenvolvimento regional então a hidrovía seria uma oportunidade
 1356 pra isso e a gente não pode pensar de forma nenhuma em fazer transbordo a
 1357 partir do momento que você tem uma via e como se você pegasse a rodovia no
 1358 trecho que está duplicada lá em São Paulo e aí pra entrar pra BR 153 mais ao
 1359 norte tivesse que mudar de caminhão porque a barcaça também teria que mudar
 1360 de barcaça seria uma coisa completamente estúpida né teria que ter ambientes
 1361 pra isso, encarecer o processo e perda de competitividade então eu acho que é
 1362 uma coisa que está no horizonte pra ser construída tem que ser construída de
 1363 uma forma competitiva já com o maior ganho possível então eu queria trazer
 1364 essa informação e queria dizer que em uma outra oportunidade a gente ter uma
 1365 apresentação sobre esse assunto tem feito a longo dos anos a nível internacional
 1366 e são informações que eu acho que vale a gente nivelar aqui pra gente contribuir
 1367 nesse processo não imagino que a solução seja para os próximos 3,4,5 anos
 1368 talvez nem nos 8, mas que esteja no horizonte e que saibamos que a hidrovía
 1369 do Tocantins é uma hidrovía viável, desejável e não contribui só com o
 1370 desenvolvimento do Estado do Tocantins, para o desenvolvimento da região
 1371 Norte do Brasil e conseqüentemente do Brasil. **Conselheiro não identificado**
 1372 Vilmar, você sabe até quando vai a concessão da ferrovia do trecho norte aqui?
 1373 **Vilmar (SIC)** normalmente são 30 anos. **Conselheiro não identificado (o**
 1374 **mesmo acima)** porque ela não ganha na escala? O governo 92% mas não tem
 1375 escala, o que adianta? **Vilmar (SIC)** que não tem escala rapaz? Só te dizer que
 1376 no período agora da safra ela já tem estrangulamento, ela não tem mais
 1377 capacidade de escoar a partir de 2020, 2021 a capacidade de transporte pela
 1378 quantidade de equipamentos, máquinas e entrada na ferrovia Carajás eles já
 1379 estão estrangulados, já vai ter trem que vai ficar lá esperando 2 dias
 1380 **Conselheiro não identificado (o mesmo acima)** mas vai estrangular por
 1381 Carajás? **Vilmar (SIC)** é, pelo poder que está construído hoje né, porque a
 1382 ferrovia norte sul entra em Carajás para poder chegar em Itaquí. **Conselheiro**
 1383 **não identificado** é tem que duplicar. **Vilmar (SIC)** inclusive completar o trecho
 1384 pra Belém **Aldo Azevedo (Secretário Executivo)** muito bem esclarecido Vilmar,
 1385 a nossa amiga da AHITAR eu também tinha essa dúvida porque essa hidrovía
 1386 não sai do papel? Uma obra isolada lá, derrocamento, mas foi bem explicado
 1387 realmente muito bom, depois nós podemos né Fernandes, pedir para fazer uma
 1388 apresentação dessa aqui um dia que tiver uma pauta mais light né e seria bom
 1389 nivelar isso aqui. **Estela Maris (AHITAR)** ficou bem claro, acho que ela é viável
 1390 e desejável. **Aldo Azevedo (Secretário Executivo)** é, muito bom. **Conselheiro**
 1391 **não identificado** antigamente era 1 pra 7, hoje é 1 pra 8, pior ainda, Água Doce
 1392 com rodoviário **Davis (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins)**
 1393 eu só queria falar rapidamente aqui, nós participamos de uma audiência pública
 1394 aqui na Assembleia no último dia 3 de dezembro e foi um instrumento
 1395 interessante para o debate né, foi discutido os usos múltiplos do lago, mas a
 1396 gente acabou extrapolando mais pra essa questão dos recursos hídricos então
 1397 fica aqui a observação que de repente esse Conselho possa lançar mão desse

1398 instrumento também de diálogo com o Legislativo pra apontar aquilo que a gente
 1399 entende que pode caminhar porque no final das contas a gente está tratando de
 1400 um bem comum que é a água dotado de valor econômico e essencial pra vida
 1401 inclusive dos seres humanos e muitas vezes o que se vê são os interesses
 1402 menores com relação ao uso da água então a gente pôde ver lá um amplo
 1403 espectro da maneira de como as pessoas olham pra esse lago e eu acho que
 1404 isso enriqueceu a nossa gestão eu espero que as questões apontadas no ponto
 1405 de vista econômico e financeiro junto ao Estado possam ser realmente
 1406 efetivadas com relação principalmente ao fundo, mas isso ai eu entendo que é
 1407 uma das coisas eu acho que outras coisas podem estar interligadas nessa
 1408 questão e a segunda coisa é saudar e parabenizar o governo do Estado pela
 1409 inclusão dos Comitês de Bacias aqui no Conselho porque quando o Estado erra
 1410 e quando acerta tem que falar também, é um acerto o governo do Estado incluir
 1411 os Comitês de Bacias no Conselho, são os Comitês que estão na primeira
 1412 instância na gestão de Recursos Hídricos e é importante que esse Conselho aqui
 1413 tenha as informações e possa de fato discutir a realidade da gestão de recursos
 1414 hídricos não uma questão mais teórica aqui que a gente as vezes se concentra
 1415 nessa conotação então eu acho que o governo de estado acerta quando inclui
 1416 os Comitês de Bacias no Conselho, esse Conselho ganha muito eu fico com a
 1417 Conselho mais qualificado e eu queria perguntar o que se deu sobre a instituição
 1418 do Comitê do Lago do Rio da Palma que nós discutimos aqui e aprovou minuta
 1419 de resolução e tudo mais e a gente não viu a instituição desse Comitê, do mais
 1420 é isso. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) vou passar pra Jamila (SEMARH)
 1421 que está acompanhando esse processo acho que tem só o decreto, falta só o
 1422 decreto de aprovação né? **Jamila** (SEMARH) então, foi aprovado na reunião de
 1423 junho, foi encaminhado pra Casa Civil mas a Casa Civil editou um decreto em
 1424 março desse ano que regulamenta a forma como os documentos entram para
 1425 serem analisados na Casa Civil então todos os processos da Secretaria que
 1426 estavam lá na Casa Civil retornaram e a gente está adequando os processos e
 1427 estamos aguardando o agendamento específico com o governador porque o
 1428 decreto tem 4 pastas, a gente tem que ter uma nota explicativa feita pelo técnico
 1429 responsável na secretaria, uma análise de impacto financeiro e uma análise da
 1430 assessoria jurídica da secretaria quando o processo está instruído, o secretário
 1431 agenda um despacho específico com o governador leva um pedido formal e o
 1432 governador tem que dar um autorizo para o processo dar andamento então o
 1433 nosso secretário está fazendo um esforço para conseguir esse agendamento pra
 1434 despachar todos os nossos processos mas isso ainda não foi possível ele chega
 1435 de viagem na próxima semana e eu vou sentar com ele novamente para que a
 1436 gente possa fazer, nós estamos com 5 processos aguardando esse
 1437 agendamento. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) porque Davis, o maior
 1438 problema hoje de edição de decreto é o impacto financeiro, o governado está
 1439 muito preocupado hoje, qual impacto financeiro? É difícil a gente quantificar o
 1440 impacto financeiro, até o impacto financeiro ele é positivo hoje quando se cria
 1441 Comitê de Bacias a gente consegue captar recursos da área federal a exemplo
 1442 o pró-comitê, o pró-gestão né, é do governo federal e uma observação de que
 1443 está sendo difícil essa percepção hoje pelo governo do estado é que toda gestão
 1444 de recursos hídricos hoje não depende praticamente nada nenhum centavo da
 1445 fonte 100 do governo é toda captação de recurso né, mas a gente tem uma certa
 1446 dificuldade em colocar isso no papel, explicar isso, tem que ter um certo cuidado
 1447 pra não agredir alguma instância e tal, então já estava prontinho quando voltou






1448 novinho e o impacto financeiro disso né, qual o impacto? o impacto financeiro é
 1449 positivo, nós vamos captar recurso, uma criação de Comitê, ai tem que entrar o
 1450 setor financeiro, pra ajudar fazer uma nota técnica bem fundamentada e mandar
 1451 lá pra lá e ai fica aquele negócio está um pouco engessado ainda né, primeiro
 1452 ano de governo tem um certo receio de que isso possa causar um impacto
 1453 financeiro negativo o governo não pode ter gasto com isso, está criando uma
 1454 estrutura porque isso vem de governo federal, a gente vê nos conselhos o
 1455 esvaziamento dos conselhos a nível federal né aquilo confunde muito a coisa,
 1456 confunde o Conselho desse de recursos hídricos como nós, o meio ambiente
 1457 que é uma atividade voluntária, os conselheiros não custam 1 centavo para o
 1458 Estado, diferente do conselho deliberativo da Petrobrás, da Caixa Econômica
 1459 que cada conselheiro ganha seus 60.000,00 reais pra reunião por mês e aprovar
 1460 lá uma prestação de contas então quando se fala conselho, todo mundo, até o
 1461 próprio governador, o presidente praticamente extinguiu todos os conselhos a
 1462 sorte nossa é que do Meio Ambiente e Recursos Hídricos não podem ser extintos
 1463 por decreto porque foram projeto de lei aprovado mas o que foi por decreto numa
 1464 paulada só o governo federal extinguiu todos, escapou Recursos Hídricos e Meio
 1465 Ambiente porque não foi criado por decreto e decreto não pode derrubar uma lei
 1466 né ai é justamente por isso né porque tem essa ideia, tem muito conselho o que
 1467 esses conselhos são? é conselheiro pra apadrinhar algum político alguém que
 1468 ficou muito tempo no poder e tal, então vai para o conselho, quando o cara
 1469 aposenta de alguma função vai para o conselho como conselheiro pra receber
 1470 os seus 40.000,00, 50.000,00 por mês para ir lá 1 vez ao mês lá só para assinar,
 1471 então tem essa dificuldade de ainda a gente explicar que há essa diferença nos
 1472 nossos conselhos, os Comitê de Bacias que são um colegiado todo mundo que
 1473 trabalha são voluntários, é custo zero para o Estado né, dos conselhos que tem
 1474 por ai que o governo federal extinguiu o estadual quer extinguir também e tal
 1475 esse tipo de coisa, tendo essa dificuldade ainda infelizmente é essa realidade né
 1476 **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) não só
 1477 questionando Aldo, porque assim, só se cria Comitê de Bacias segundo a lei,
 1478 aonde tem conflito ou potencial conflito então essa é a nossa preocupação
 1479 independente se vai ter despesa financeira ou se não vai, o fato é que a situação
 1480 concreta está dada né, avaliou toda a documentação de diagnóstico daquela
 1481 região houve uma mobilização social e quando falo social não é só dos pobres,
 1482 é de todo mundo que depende da água, da indústria, do comércio, de toda
 1483 aquela região e chegou essa conclusão de que era preciso comitê pra gerenciar
 1484 ali porque ficar discutindo aqui agora volta e meia com razão discutindo a
 1485 presença do Ministério Público dando as cartas lá do Formoso, mas houve um
 1486 vácuo ali em determinado momento um vácuo de gestão a gente também não
 1487 pode esquecer isso então a nossa preocupação é que, ai volta a colocação do
 1488 colega da FIEITO, então nós a gente novamente investir nos recursos, nos locais
 1489 de maneira inadequada então esse cara do Ministério Público e toda aquela
 1490 estrutura paga pelos nossos impostos assim como vai ser pago pelos os nossos
 1491 impostos e a estrutura do comitê de Bacias que vai ajudar a gerenciar lá de
 1492 maneira pactuada que a água é dessa situação que o governo só não resolve é
 1493 uma dessas situações que você tem que ter a pactuação de sociedade civil, de
 1494 Poder Público, de usuário de água àquele cara que ganha dinheiro com a água,
 1495 e a gente sabe que no caso do rio Palma especificamente foi uma demanda da
 1496 região, diferente de outros comitês que a SEMARH vai lá e cria no caso desse
 1497 lá então veio de lá o clamor da região para que esse comitê fosse instituído,

1498 então registrar aqui Aldo, essa preocupação nossa, que ao ser levado ao
 1499 governador, ainda que tenha a despesa, mas é preciso que se faça. Aldo
 1500 Azevedo (Secretário Executivo) então Davis, eu quero só discordar de você
 1501 quando disse que o de lá foi criado legitimamente com a demanda deles, nós
 1502 nunca criamos comitê porque isso não está na nossa lei o Comitê de Bacias não
 1503 é criado da SEMADES de cima pra baixo sempre foi criado com a demanda lá
 1504 pra nós, nós só pegamos a demanda e criamos, organizamos o setor para criar
 1505 os comitês, o Palma não foi o primeiro que foi criado por demanda dele não,
 1506 acho que deve ter uma desinformação da sua parte aí, todo Comitê de Bacias é
 1507 criado aqui com demanda lá da sociedade lá da bacia realmente, agora nós
 1508 temos que priorizar, o que nós fazemos aqui é priorizar não é porque está escrito
 1509 na lei que tem que ser, é porque nós temos hoje 30 sub bacias quando
 1510 elaboramos o plano estadual de recursos hídricos nós reduzimos para 17 a
 1511 estratégia de gestão aí você imagina hoje cortando as verbas, seria até uma
 1512 irresponsabilidade nossa né cortando as verbas do setor de recursos hídricos
 1513 como estamos cortando cada ano do fundo e a SEMARH ficar tentando criar
 1514 Comitê aleatoriamente né igual você colocar um filho no mundo e depois não ter
 1515 condições de educar, de dar condições, essa é a preocupação, a preocupação
 1516 nossa grande é essa, a gente como órgão gestor e responsável, conhecedor do
 1517 setor como eu estou aqui há 12 anos né e conheço tudo que se passou aqui
 1518 desde o primeiro Comitê de Bacia que foi criado na gestão nossa em 2011 e é
 1519 criar com responsabilidade, quando a gente vê que tem que frear um pouco tem
 1520 que frear porque não adianta criar e depois não dar as condições para aquele
 1521 comitê funcionar então essa é a verdade e uma outra coisa, a gente sabe que o
 1522 problema da gestão de Recursos Hídricos ela é um problema que vem herdado
 1523 de muitos anos, antigamente ninguém ligava nada para recursos hídricos a coisa
 1524 era colocada e aí quem era mais esperto ia lá e colocava o seu negócio, criava
 1525 a sua represa e fazia, quando começou aparecer os problemas, aí vem tudo a
 1526 tona, ó gestão de Recursos Hídricos você não faz gestão vocês tem um vazio
 1527 vocês não estão funcionando não dá pra se resolver da noite para o dia um
 1528 problema que foi criado, um passivo de 50 anos pra cá né, a nossa lei é muito
 1529 nova hoje, os comitês de bacias são novos, a gente viu que não existe
 1530 formatação mais perfeita e mais inteligente do que a criação do comitê de bacias
 1531 porque estão os 3 seguimentos organizados poder público, e sociedade civil
 1532 organizada e usuário de água, agora internalizar isso, na cultura dos próprios
 1533 membros dos Comitês de Bacias pra ficar não, faça sua função é que é a
 1534 dificuldade uma época tivemos um palestrante um pessoal veio aqui da UFT
 1535 alguém perguntou qual era o maior problema da gestão de recursos hídricos? É
 1536 a conscientização do sistema de gestão para que cada um faça sua função
 1537 porque outorga é muito simples, baixa um decreto de outorga hoje de bacia é
 1538 muito simples, o plano estadual e seu instrumento, agora coloca isso na cabeça
 1539 de cada um do comitê de bacias para que atue como ele deveria atuar, você
 1540 sabe que o comitê de bacias foi criado em 2011 o quanto nós já evoluímos por
 1541 causa de capacitação mas ainda é pouco porque é uma mudança de paradigma
 1542 até então quando tinha qualquer problema novo de Recursos Hídricos e
 1543 ambiental o pessoal vinha em cima porque o NATURATINS hoje com essa
 1544 formatação a gente reúne primeiro o Comitê de Bacias decide lá e se não
 1545 resolver já traz pra instância, o Estado com esse nossa recomenda até pra
 1546 implantar essa política de recursos hídricos no Estado porque tinham alguns
 1547 governantes que achavam que iam perder governança, não, vou criar comitê,

1548 estruturar conselho esse conselho só passou a funcionar depois de 2011
 1549 também foi criado com altos e baixos um governo também depois de 2011 nós
 1550 colocamos na cabeça então vamos colocar agora a coisa é séria colocamos para
 1551 o governo, o governo, independente, não é o governador não, qualquer um que
 1552 assumir de 2011 pra cá, se nós organizar esse setor de gestão conselhos com
 1553 os comitês a gente tira aquela carga, aquele peso que fica só em cima do órgão
 1554 gestor que é o NATURATINS e a SEMARH a gente resolve a primeira instância
 1555 os conflitos que tem pelo uso da água depois traz para o conselho, ele não
 1556 precisa ir diretamente lá no comitê de Bacia mas o que a gente vê muito ainda
 1557 não é querendo denigir a imagem de ninguém não, é que eu sempre digo comitê
 1558 de Bacia não pode ser hoje um agente só do Ministério Público qualquer coisa
 1559 vai lá no Ministério Público e denuncia lá no Formoso ainda tem muito isso
 1560 mesmo comitê de Bacia acontece alguma em vez de tentar resolver na reunião
 1561 vou lá no Ministério Público denunciar nós tivemos reunião lá do comitê de
 1562 Bacia do Formoso tempos atrás aí convocaram o Ministério Público Federal para
 1563 participar de reunião nossa lá, cara não precisa disso, o comitê foi criado para
 1564 evitar isso, aquela outra instância lá, você vê então essa internalização dessa
 1565 cultura de que eu sou responsável também por aquele bem, por aquela área
 1566 água trazer lá é que é a dificuldade grande isso vai amadurecer ao longo do
 1567 tempo, não é que a gente não faça gestão, não é que esvaziou o sistema é que
 1568 as vezes é culpa da própria estrutura as vezes do próprio governo do estado mas
 1569 é de todo sistema é muito difícil o sistema de gestão do Tocantins tem um nome
 1570 muito bom a nível nacional sabe que nós temos 3 representantes do Fórum
 1571 Nacional do Comitê de Bacias, somos muito elogiados, tem uma reputação lá
 1572 em cima, e não podemos deixar isso cair hoje, mas igual a gente fala, não vamos
 1573 criar nós temos 17 estratégias de gestão dentro dos 5 comitês de bacias vamos
 1574 criar top de caixa ai antes que apareça o problema lá porque depois não damos
 1575 conta de manter isso funcionando aí o desgaste é muito maior do que não criar.
 1576 **Vilmar** (SIC) eu queria fazer uma rápida intervenção a respeito do rio Palmeira
 1577 eu acompanhei os pedidos de incentivos fiscais para a implantação das PCHs,
 1578 quando eu fui estudar um projeto de PCH me surpreendeu muito de que monta-
 1579 se um feudo e aquilo serve pra suas descendências até a milésima geração é
 1580 um negócio dos mais fantásticos que existe no ponto de vista de benefício de
 1581 uma família individualmente usa-se um bem público em benefício do indivíduo e
 1582 da sua família *ad eterna* mas a observação que eu quero fazer é em relação ao
 1583 que o colega falou porque o Estado também tem uma responsabilidade nessa
 1584 questão dos Comitês, não precisa de ficar se furtando em relação a questão de
 1585 colocar recursos pra contribuir na gestão dos Comitês porque ele tem renda, ele
 1586 tem receita a partir da concessão do rio pra efeito de pró ação econômica gera
 1587 ICMS, gera receita pública e essa receita pública deve ser revertida em benefício
 1588 da sociedade um dos benefícios da sociedade é o equilíbrio e uso dos recursos,
 1589 né, então o Comitê tem esse cordão e precisa de ser entendido quando vai se
 1590 justificar lá no governo, um dos argumentos que o setor jurídico deve usar é essa
 1591 questão faz a triangulação né, olha, o estado fez a concessão, a concessão
 1592 gerou a exploração, a exploração gera a receita privada e essa receita privada
 1593 gera receita pública e logo se tem receita pública, a receita pública se não dá pra
 1594 voltar tudo e não precisa voltar tudo, faz parte dela picotar para beneficiar a
 1595 sociedade, vai se dizer que vai utilizar pra infraestrutura tudo bem, também é
 1596 benefício social né, benefício pra sociedade mas é preciso colocar esse círculo
 1597 de recursos de que está demonstrando de que o governo não está se onerando,

1598 o governo tem receitas a partir da concessão e veja o seguinte, eu sou um cara
 1599 totalmente contrário a essa questão das PCHs, a minha posição é de quem
 1600 apresenta um projeto se eu pudesse dar um voto contrário a uma PCH eu daria
 1601 na hora, porque pra mim é uma das coisas mais estúpidas que existe, um dos
 1602 projetos que eu vi tinha algumas pessoas que conheciam o trecho do rio que ia
 1603 acontecer e disse que tinham umas ocorrências ambientais que eram fantásticas
 1604 lá, cavernas e algumas coisas assim e isso foi tudo para baixo da água, acabou
 1605 isso, não existe mais, era um ambiente que moravam lontras, era um ambiente
 1606 algumas coisas bacanas, umas vegetações únicas que só ocorriam naquele
 1607 ponto daquela região e tudo isso foi destruído por causa da ganância de alguém
 1608 então é preciso a gente entender que o Estado tem uma responsabilidade com
 1609 a destruição do ambiente e conseqüentemente depois tem que ter
 1610 responsabilidade pelo menos com a manutenção daquilo que já destruiu mas
 1611 daquilo que está ainda é possível ser preservado, é possível ser mantido e a
 1612 fiscalização de qualidade da água, o consumo da água de forma equilibrada,
 1613 então eu acho que essa observação vale pra contribuir com o pessoal que vai
 1614 fazer os parecer pra levar a justificativa para ao governador. **Farencena** (SEINF)
 1615 só pra terminar nesse mesmo sentido que está sendo falado, os Comitês teriam
 1616 que dar um suporte pra o que está travando eu não sei exatamente o que é
 1617 falado Aldo, você sabe melhor que eu autonomia financeira dos comitês, por
 1618 exemplo, o Comitê do Formoso com aquele tanto de irrigação que tem lá o
 1619 promotor denunciou o presidente do Comitê de Bacia na pessoa física ele não
 1620 tem 1 centavo no Comitê pra contratar um advogado pra se defender, então com
 1621 toda essa atividade que tem na bacia, os instrumentos de cobrança de água pra
 1622 ter autonomia financeira dos Comitês que ai sai da questão só de onerar no caso
 1623 a SEMARH então o que é possível ser agilizado nesse sentido pra se organize
 1624 pra ter autonomia financeira porque não é possível existe uma atividade
 1625 econômica por traz de todos os Comitês então mais ou menos, maior ou menor
 1626 mas existe, então o caso que eu conheço bem é o caso do Formoso e não tem
 1627 1 centavo em caixa, pro presidente sair de Gurupi pra uma reunião aqui em
 1628 Palmas alguém tem que colocar o combustível no carro dele particular pra ele
 1629 vir e se ai toma uma pedrada, quebra o para-brisa na estrada tem que fazer uma
 1630 vaquinha e pagar o para-brisa então isso é humilhante, um presidente de Comitê
 1631 desse porte, 18 municípios com atividade econômica altíssima e não tem 1
 1632 centavo pra se manter então eu acho que tem que tentar acelerar esse lado, no
 1633 caso só como exemplo pra todos os Comitês então eu gostaria que colocava
 1634 esse ponto o que está emperrando, onde está o tijolo na frente da roda que não
 1635 consegue andar. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) infelizmente é
 1636 incompetência do Estado, a nossa missão é criar as políticas e acompanhar e
 1637 coordenar a execução fizemos aquele estudo em 2015 da cobrança da
 1638 viabilidade do uso do Formoso, entregamos o pacote, quem tem que executar
 1639 agora é o NATURATINS, fazer um convênio com a Secretaria da Fazenda e
 1640 emitir um DARE para arrecadar, tudo passou pelo conselho, aprovou no Comitê
 1641 e agora temos que cobrar e não cobrou ainda até por uma decisão, uma posição
 1642 do próprio comitê de bacias que pediu para que não cobrasse antes de executar
 1643 aquela fase D que era pra fazer revisão das outorgas porque no decreto de
 1644 cobrança está dizendo que vai cobrar acima do que está outorgado e tem muito
 1645 produtor lá que está outorgado vamos supor, 2m cúbicos por segundo e está
 1646 usando só 0,5 metro cúbico por segundo né esse tipo de coisa, a maioria é 1
 1647 metro e meio o cara já coloca tudo e usa metade da bomba só que está

1648 outorgado e ai não cobramos e com isso perdemos o bonde estava até numa
 1649 fase de cobrar e ai veio aquela ação judicial e vai fazer e tal e vamos esperar
 1650 isso ai enrolou e já tem 2 anos diz que tem mais 1 não e meio para executar essa
 1651 fase D ai complica, a coisa fica complicada agora a decisão é o NATURATINS
 1652 eu queria até que colocasse na Ata ai, Jamila, que estamos sendo cobrado
 1653 dessa cobrança de uso da água, nós já fizemos estudo já tem mais de 3 que foi
 1654 aprovado e é executar essa cobrança agora realmente né, até um argumento
 1655 bom foi esse, os produtores, até maioria dizendo que não queria, não, nós vamos
 1656 pagar muito ai, vamos esperar primeiro pra revisar essas outorgas é, vocês estão
 1657 pagando muito é essas multa de 1 milhão e meio, se tivesse apoiado o Comitê
 1658 de Bacias com esse uso de água de vocês a gente tinha aqui hoje uma Câmara
 1659 Técnica aqui estruturada pra até fazer um rebata ai né jurídico, mas bem
 1660 assessorado aqui tudo, ai todo mundo já concordou e os produtor disse vamos
 1661 implantar essa cobrança não dá pra esperar mais, mas é aquele negócio daquele
 1662 recua e avança agora a questão do professor Jair aconteceu uma ou duas vezes
 1663 quando o orçamento estava travado, mas hoje quer dizer, qualquer
 1664 deslocamento do presidente do comitê de bacias, de membro de comitê de
 1665 bacias que está representado aqui a maioria sabe que, ninguém viaja com
 1666 dinheiro e recurso do bolso, a SEMARH, depois que aprovou o orçamento
 1667 demorou um pouco esse ano, acho que foi em abril, depois que aprovou em abril,
 1668 todo mundo viaja com diária do PRO-COMITÊ ou PRÓ-GESTÃO e passagem
 1669 aérea inclusive, nós fomos agora pra ENCOB, você foi agora, todo mundo foi e
 1670 aquilo foi uma casualidade que o Professor Jair saiu lá de Gurupi naquele
 1671 orçamento travado, não tinha como pagar, pediu até para os Produtores da
 1672 Lagoa pagar o para-brisa que ele quebrou do carro mas não tem essa
 1673 calamidade, tem calamidade para as ações mais avançadas, mas calamidade
 1674 pra diária não, os comitês de bacias está aqui presentes e sabem que todo
 1675 mundo hoje até para as reuniões internas recebe a de deslocamento, agora, é
 1676 crítica a situação realmente, tem que ter o dinheiro, esse 1 milhão aqui vocês que
 1677 vocês estavam aqui no início aqui pra ser aprovado é para apoiar novamente,
 1678 nós tínhamos um convênio de 1 milhão e meio que acabou o ano passado, esse
 1679 ano ficou travado, esse ano temos 1 milhão pra apoiar as ações do Comitês de
 1680 Bacias independente da cobrança ou não a gente vai adiantar a partir do próximo
 1681 ano pra gente ter o recurso, os escritórios, os comitês voltaram a funcionar pelo
 1682 telefone sua secretária e vai rodar novamente teve realmente um desconexão
 1683 grande infelizmente teve, toda mudança de governo tem, a gente não escapa
 1684 disso não, agora a realidade é a cobrança, tem que cobrar. **Murilo Brito** (SES)
 1685 vou ser breve devido o avançar da hora inclusive, mas eu não tenho muito
 1686 conhecimento técnico até porque meu questionamento é em outro sentido, mas
 1687 eu queria fazer nesse ponto uma pequena ressalva sobre a questão do Formoso
 1688 e toda sistemática colocada pelo Sena e algumas colocações do Aldo, mas
 1689 assim, eu sou da Secretaria de Saúde do Estado e a gente recebe várias
 1690 ligações das nossa equipes locais pontuando inclusive algumas dificuldades e
 1691 demandas extras provocadas pelo tamanho do impacto, enfim, eu creio que o
 1692 Ministério Público ele é excessivo nas maiorias das vezes mas é importante em
 1693 alguns momentos também até porque acho que não existe órgão mais
 1694 judicializado que a saúde e a gente sabe que com a judicialização da saúde
 1695 também existe várias pessoas e boa parte da população que são muitas vezes
 1696 beneficiados coletivamente, mas a minha colocação é mais no sentido com
 1697 relação a estiagem que eu vi que um pouco mais no meio da reunião foi colocado










1698 que a gente deveria pensar no futuro, a gente monitorar com um pouquinho mais
 1699 de critério, eu não conheço o trabalho feito pela equipe do Major Matos, nesse
 1700 ano de 2019 mas também temos informações do nosso pessoal local, que teve
 1701 uma situação seria assim como anos anteriores com relação a disponibilidade
 1702 hídrica para consumo humano, a gente sabe que quando fica difícil quando não
 1703 tem água no poço comum a população vai buscar em açudes, em locais até
 1704 totalmente impróprios e é aí onde vem o impacto na saúde, o idoso, a criança
 1705 adocece, enfim, vai cair no SUS, então, assim, a gente deveria pensar
 1706 futuramente em alguns investimentos no sentido de trazer esse diagnóstico um
 1707 pouco mais detalhado da situação de estiagem lá, o Barraginha pode ter
 1708 ajudado, eu conheço o projeto desde o começo e eu realmente acreditei como
 1709 os dados que você falou hoje aqui ela é efetiva no sentido de repor o lençol
 1710 freático, enfim melhorar logicamente a disponibilidade na estiagem porém ainda
 1711 é séria a situação lá e a gente precisa saber um pouco melhor como ela está
 1712 temos um estudo lá de 2013 que foi dado um monte de informação pela ATS,
 1713 nós sabemos da sistemática e problemática dos caminhões pipas no estado, a
 1714 saúde sempre acompanhou a qualidade dos caminhões, tanto a estrutura como
 1715 o cuidado que eles devem ter na captação da água que eles vão levar para as
 1716 comunidades mas a gente sabe do problema, é gigantesco por isso até hoje tem
 1717 um monte de caminhão parado no estacionamento da Assembleia não sei se
 1718 tirou nesses 2 dias então a gente sabe que isso vai bem além, a preocupação
 1719 vai continuar existindo, nosso sudeste não vai parar de sofrer com a situação de
 1720 estiagem e eu acho que é oportuno a gente pensar não pra 2020 mas de repente
 1721 pra 2021 a inserção aí de até mesmo recursos pra mapear um pouquinho melhor
 1722 a estiagem no sudeste e o impacto dela, a saúde está totalmente aberta com um
 1723 sistema de capilaridade muito grande de informações e que pode contribuir pra
 1724 esses estudos, então são essas as minhas colocações e obrigado pela
 1725 oportunidade. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) a gente agradece até como
 1726 eu falei no início, a saúde participa do nosso monitor de seca né pra validar os
 1727 dados devido a essa capilaridade que vocês tem no interior, vocês e a Defesa
 1728 Civil participam realmente pra validar o mapa que eles mandam pra nós em
 1729 primeira instância a gente valida ou faz alguma correção, devolve depois eles
 1730 publicam depois da validação realmente é importante a saúde participar por isso
 1731 esse conselho é muito rico, ele tem quando se fala em recurso hídrico você tem
 1732 uma interdisciplinaridade realmente de todos os setores, quando nós
 1733 elaboramos o Plano Estadual de recursos Hídricos estava previsto pra investir
 1734 em 20 anos, nos primeiros 10 anos, 120 milhões quando submeti isso aqui ao
 1735 conselho o pessoal falou, mas vem cá, vocês tem orçamento pra isso? Eu digo
 1736 a, isso aqui é um planejamento a longo prazo então tem que aprovar porque isso
 1737 é uma previsão só, não sei se a Secretaria vai ter esse recurso e praticamente 8
 1738 anos a gente conseguiu investir mais ou menos não esse montante, mas a
 1739 metade desse recurso a gente conseguiu executar praticamente 75%, 80% das
 1740 ações do plano estadual então isso é bom e as outras ações que nós não
 1741 executamos são as ações que é de saneamento que é de outro órgão, de que é
 1742 projeto de irrigação que é de outro órgão, esse tipo de coisa que é de outro
 1743 órgão, as ações nossas realmente nós conseguimos executar a contento com a
 1744 gama de recurso bem inferior que estava previsto no plano, então é bom essa
 1745 troca de experiência, essa troca de informação, aquela que você falou a região
 1746 a gente está preparado pra investir mais recursos lá aquela coisa toda o que a
 1747 gente viu no nordeste hoje tem muito recurso, caminhão pipa é uma indústria da

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

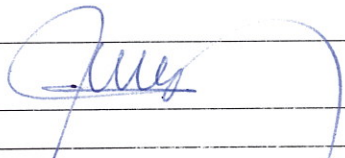
1748 corrupção, desculpa dizer isso aqui, não vai colocar na Ata, mas não é no estado
 1749 não, a gente sabe o quanto os políticos usavam daqueles artifícios para financiar
 1750 suas campanhas com a indústria dos caminhões pipas lá na região do nordeste
 1751 e nós não podemos criar isso aqui no estado do Tocantins, é paliativo, todo ano
 1752 você vê aumentando o número de caminhão pipa porque tem que levar projetos
 1753 que realmente resolva de fato aqueles projetos, projetos da ATS anteriormente,
 1754 22 barragens grandes e até confundia com as barraginhas nossas, as nossas
 1755 são 530 barragens, 3560 barraginhas, as caixas d'águas mais não sei quantos
 1756 mil ai, 5, 6 mil, esse é um projeto dessa envergadura cada um na sua área
 1757 fazendo a sua parte que eu acho que a gente consegue conviver pelo menos
 1758 como você falou da estiagem da região sudeste igual a seca do nordeste você
 1759 não acaba com aquilo, não tem projeto do governo que eu chego com a carta na
 1760 manga e digo a solução é isso aqui, é cada pasta fazendo a sua parte e
 1761 amenizando um pouco o problema é por aí que eu acho que tem que ser feito.
 1762 **Agrest Bonival** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins), lontra
 1763 e corda, pegando o gancho do Farencena, eu queria perguntar se tem já junto
 1764 ao estado um plano para estender a cobrança do recurso hídrico para os outros
 1765 comitês? E a segunda é que Araguaianã tem uma questão que eles não
 1766 consomem a água fornecida pela ATS ou SANETINS porque diz que dá
 1767 problema nos rins, inclusive a água eles usam só nos restaurantes pra quem não
 1768 sabe da situação mas o morador mesmo não bebe daquela água e um problema
 1769 que alguns municípios inclusive Aragoianã eles estão arcando com a
 1770 disponibilização de água nos assentamentos e a gente procura a ATS e eles
 1771 falam que é do INCRA, procura o INCRA, fala que é ATS e acaba os municípios
 1772 arcando com isso eu gostaria de colocar a questão desse eu consigo senão
 1773 nessa reunião na próxima levar essa informação pra Bacia. **Aldo Azevedo**
 1774 (Secretário Executivo) essa questão de abastecimento público, foge um pouco,
 1775 a BRK já saiu, a ATS foi embora também né, é uma questão mais de
 1776 abastecimento público nossa questão é lá do rio, a água do rio, preservar,
 1777 aumentar, mas essa questão da distribuição foge um pouco da nossa ossada
 1778 aqui mas o Conselho tem os representantes tanto da BRK como da ATS
 1779 poderiam te dar uma resposta mais a altura, com a questão do município eu não
 1780 tenho essa informação pra te dar não, realmente. **Agrest Bonival** (Comitê de
 1781 Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) E a cobrança do recurso? **Aldo**
 1782 **Azevedo** (Secretário Executivo) a cobrança depende do Comitê de Bacias se o
 1783 Comitê de Bacias achar que realmente a sua bacia pode fazer a faz uma
 1784 solicitação pra nós e tem que contratar um estudo pra fazer, ai vai estudar a
 1785 viabilidade e ai sendo aprovada a viabilidade pelo estudo a gente tenta implantar
 1786 cada bacia é diferente, na sua região é pecuária, no Formoso é irrigação, na
 1787 região do Sena é irrigação e piscicultura, aqui no entorno de Palmas já é outro
 1788 parâmetro, é abastecimento humano, público, cada bacia tem que ser um estudo
 1789 específico pra tratar porque o índice é diferente, o índice que eu cobro na
 1790 agricultura é um, na pecuária é outro, no abastecimento público é outro, cada
 1791 um diferente, na pecuária é outro, eu faço a solicitação pra ver a viabilidade, tem
 1792 que fazer um estudo primeiro e ver a viabilidade, olha, compensa cobrar ou não
 1793 compensa cobrar porque não paga nem a guia. **Farencena** (SEINF) é só uma
 1794 colocação que os colegas mencionaram sobre o que eu tinha falado, o colega
 1795 da Saúde falando da importância do Ministério Público é óbvio da importância do
 1796 Ministério Público é que nem uma moeda, tem dois lados né, cara e coroa, então
 1797 se não fosse o Ministério Público essa adequação que eu comentei na bacia do


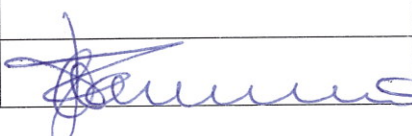
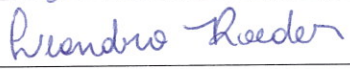
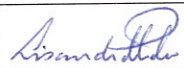
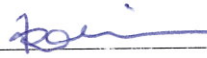

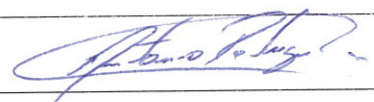

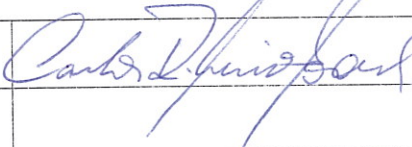


1798 Formoso não teria acontecido, teria acontecido talvez em 10 anos e não em 1
 1799 ano, então existe o lado positivo sim, agora a questão é igual CBT velho sem
 1800 freio, sem lâmina, não tem freio, o que tiver pela frente você atropela, esse é um
 1801 grande problema, é saber parar, então o Ministério Público não tem freio, esse é
 1802 o problema do Ministério Público que eu estou questionando agora a importância
 1803 do trabalho deles é indiscutível, que é a função deles fazer aquilo, estão fazendo
 1804 só que a avaliação que se faz para qualquer um da bacia sobre a postura atual
 1805 dele, mas é importante e a outra questão aqui do colega do Lago, ele disse que
 1806 teve um vácuo de gestão, não agora momentaneamente, até 2008 mais ou
 1807 menos, o pessoal não queria se adequar as questões ambientais, várias
 1808 questões, por exemplo o lavadouro para equipamento que usa defensivos, tem
 1809 que ter um lavador específico, uma foz específica que é uma região de várzea lá
 1810 é muito nivelado, a quantidade lá. **Conselheiro não identificado:** é muito alta
 1811 então confinar, e o que é a legislação, as reservas legais, APPs, e ir atrás de
 1812 políticos, senadores, ai um dia numa reunião eu falei, ou vocês se adequem ou
 1813 mudam de atividade, porque é daqui pra mais, não tem pra menos, então a hora
 1814 que eles se adequaram chegou essa questão agora nesses últimos 10 anos, 5
 1815 anos, do Ministério Público com essas colocações, essas exigências então acho
 1816 que não houve vácuo de gestão num curto prazo eu acho que uns 10 anos pra
 1817 cá eu diria que se adequaram as questões que tinham que se adequar na
 1818 legislação, só que houve todo esse empasse com o Ministério Público e tudo
 1819 que é solicitado é atendido mas nunca é suficiente, então eu só queria deixar
 1820 esse registro, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mais alguém?
 1821 Vamos encerrar a pauta, a discussão foi muito boa, então vamos dar por
 1822 encerrada e agradecer mais uma vez a presença de vocês aqui discutindo
 1823 conosco e vamos tentar colocar mais objetivo realmente nessas ações aqui do
 1824 conselho com essa moção que nós propusemos a do Formoso e a do Tocantins,
 1825 vamos tentar organizar isso para colocar um documento palpável pra que a gente
 1826 seja ouvido realmente. Muito obrigado mais uma vez e em nome do nosso
 1827 presidente aqui do conselho que está ausente, Renato Jayme e já desejar boas
 1828 festas de final do ano que a gente retorne no próximo ano com toda energia,
 1829 obrigado pessoal. E a reunião se deu por encerrada.


Renato Jayme da Silva
Presidente

Aldo Araújo de Azevedo
Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Renato Jayme da Silva	
	Aldo Araújo de Azevedo	
	Sebastião Albuquerque Cordeiro	

Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Manoel Ribeiro de Souza Junior	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	José Augusto Bezerra Lopes	
	Dayana Aires Monteiro Cantuária	
Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	César Hanna Halum	
	Antônio Cássio Oliveira Filho	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Marcus Carlos Costa Santos	
	João Carlos Farençena	
Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	Leandro Roeder	
	Linda Marta Arantes Beirigo	
Secretaria da Saúde - SES	Murilo Ribeiro Brito	
	Lisandra Pereira Pedro	
Procuradoria Geral do Estado - PGE	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
Comunidade Científica	Leda Veronica Benevides D. Silva	
	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Antonio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Mauricio Teles Azevedo	
	Miguel Pinter Júnior	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	
	José Carlos Senhorini	

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Maria Guanamar Soares de Souza	
	Antônio Batista de Sá	<i>Antônio Batista de Sá</i>
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI - LAGO	Itamar da Silva Xavier	<i>Itamar da Silva Xavier</i>
	Ryan Diógenes Brasil Mendes Arruda	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO	Rodrigo Martins Ribeiro	<i>Rodrigo Martins Ribeiro</i>
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR	Estela Maris Pereira de Sousa	<i>Estela Maris Pereira de Sousa</i>
	Pedro Alves da Silva	
Organização Não Governamental – ONG/IDAHRA/GRUPO RAIZ DA TERRA	Ana Karolline Soares Alves	
	João Carlos Lopes	
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS	Vilmar Carneiro Wanderley	
	Alan Rickson Andrade de Araújo	
Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Antônio Davi Goveia Junior	
	Marcos Antônio da Silva Júnior	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Davis Miranda de Souza	
	Jair da Costa Filho	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Agrest Bonival Silveira	<i>Agrest Bonival Silveira</i>
	Ayranan Leite Anunciação Suzuki	<i>Ayranan L. Anunciação Suzuki</i>
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Mário Sena Filho	
	Asafe Santa Barbara Gomes	

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil	Geraldo da Conceição Primo	
	Alex Matos Fernandes	

Instituições Afiliadas
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS
Associação Tocantinense de Municípios - ATM



SGD: 2019/39009/006688